



SOLIDARIEDADE

COMPROMISSO DE COOPERAÇÃO 2025/26

# Negociações em bom ritmo



ACOLHIMENTO FAMILIAR

Encontro em Fátima reúne duas centenas de dirigentes para ponto da situação



DIA DA CNIS

Celebração dos 44 anos dominada pela (falta de) sustentabilidade das instituições

OEIRAS

Centro Sagrada Família é um esteio de apoio social à comunidade de Algés



UDIPSS LISBOA

O Distrito é um espelho do Sector Social no país mas com outra dimensão



**iD**

Aprovado por dermatologistas

A GAMA PROFISSIONAL ADAPTADA A CADA PACIENTE

- ✓ iD oferece conforto e segurança
- ✓ 100% respirável para preservar a integridade da pele
- ✓ Tem um sistema de controle de odores

**NORDHigiene**  
Produtos de higiene e limpeza



Eugénio Fonseca



# O voluntariado, em Portugal, merece maior reconhecimento

Com a finalidade de promover e valorizar o voluntariado em Portugal, através da seleção de um Município Português, como “Capital Portuguesa do Voluntariado”, ocorreu no passado dia 20 de janeiro, a cerimónia da abertura oficial do Município da Maia como a Capital Portuguesa do Voluntariado, com a presença do Senhor Primeiro Ministro, de outros membros do Governo, de deputados e eurodeputados, do Bispo do Porto, de autarcas de diferentes Câmaras Municipais e de Juntas de Freguesia, bem como de representantes de muitas instituições da sociedade civil.

Por coincidência, ou melhor, por mérito próprio, em 2026, o mesmo município será, como Lisboa o foi em 2015, Capital Europeia do Voluntariado. Para 1.ª Capital Portuguesa do Voluntariado o júri, no ano passado, escolheu o Concelho de Cascais. Com o envolvimento do Executivo Camarário, e com uma equipa excelentíssima, impulsionada pelas colegas do dinâmico Departamento, mais envolvente, que é o da Participação e Cidadania, dão um relevo e apoio extraordinário às instituições que acolhem voluntários. Por isso, todos os anos têm programas interessantes para motivar e envolver pessoas para esta prática da cidadania, às quais deram maior relevo e acrescentaram muitas outras, enquanto foram a Capital. Realizou-se um vastíssimo e diversificado conjunto de atividades, com tanta qualidade que despertaram o interesse de muita gente. Pergunto: o país teve conhecimento de todos estes acontecimentos? Na Maia, estiveram representantes de quase toda a comunicação social. Ficámos felizes, pois tão significativa presença seria uma forma de fazer chegar a todo o Portugal uma maior sensibilização para doar o tempo em favor do bem comum. Bem sabemos, como o individualismo está a crescer; como se vai perdendo o sentido de que sem fazer os outros felizes, nunca se conseguirá a própria felicidade; como há gente que não se sente realizada com o seu trabalho remunerado; como são muitos os que se sentem sem rumo, quando se reformam. A prática do voluntariado tem um potencial de respostas para preencher o sentido da vida. Pode-se escolher, livre e

responsavelmente, entre outras ocupações, agir de forma colaborativa de modo a que: haja quem procure um rumo mais próspero para a sua vida; tenha mais conforto nos hospitais, nos Centos de Dia, nas ERPIS que, por falta de tempo, nem sempre os funcionários conseguem fazê-lo; que exista quem, por algumas horas, seja a “luz” na obscuridade da solidão em que vivem tantas pessoas; que tenham gosto por defender e cuidar da Natureza e dos animais, sem se deixarem comprometer com uma cultura de animalização sobrepondo-a à da humanização; que lute para que a prática do desporto esteja ao alcance de todos e seja para muitos uma forma eficaz de prevenção de males contra si próprios e/ou antissociais; que haja quem vá ajudar no progresso de países em vias de desenvolvimento. Nenhum desempenho de qualquer tarefa, com tempo doado, deverá substituir a criação de postos de trabalho. Se isso acontecer, é uma ilegalidade inqualificável. Esse controlo compete à ACT. Em situação de emergência, pessoalmente, não vejo mal algum. Foi o aconteceu, em alguns casos, durante a pandemia.

Na nossa Confederação Portuguesa do Voluntariado estão Confederadas 49 Organizações que integram cerca de 700.000 voluntários. Como ainda há muitas por se confederarem, calculamos que existam mais de 1.500.000, contabilizando, apenas, os que estão integrados em instituições e que em muitas o voluntariado se reduz aos membros dos Corpos Sociais. Se tivéssemos em conta os que realizam práticas voluntárias espontâneas e não regulares, os designados “voluntários informais” (a designação não me satisfaz), então, o número crescerá exponencialmente.

Era tudo isto, que estava à espera, com muita expectativa, que a comunicação social quisesse saber, no passado dia 20 de janeiro. Afinal, o evento serviu para mais uma oportunidade de se encontrarem com o Chefe do Governo e o questionarem sobre outros assuntos que nada tinham a ver com o voluntariado. Durante esse dia, contam-se pelos dedos de uma mão (e ainda devem sobrar alguns) os media que se referiram ao acontecimento que nos reuniu na Maia.

O voluntariado português precisa de ver devidamente reconhecida a dedicação que coloca no que faz. É que, entre nós, ainda há muita gente que paga para ser voluntária, utilizando o seu carro, os seus telefones ou telemóveis; os materiais que necessitam para as tarefas que desempenham, etc.... Espero que a remodelação da Lei de Bases sobre o Voluntariado (Lei 71/98 de 3 de novembro), em breve, apresentada à Assembleia da República, venha a ser aprovada por já não estar conforme os desafios que, presentemente, se colocam ao voluntariado. No caso de ser aprovada e para que não leve demasiado tempo a ser regulamentada, como nalguns casos é usual, a Confederação Portuguesa do Voluntariado, com outras entidades parceiras, nomeadamente a CASES, já está a preparar um conjunto de propostas a apresentar ao Governo para a criação do necessário Decreto-Lei.

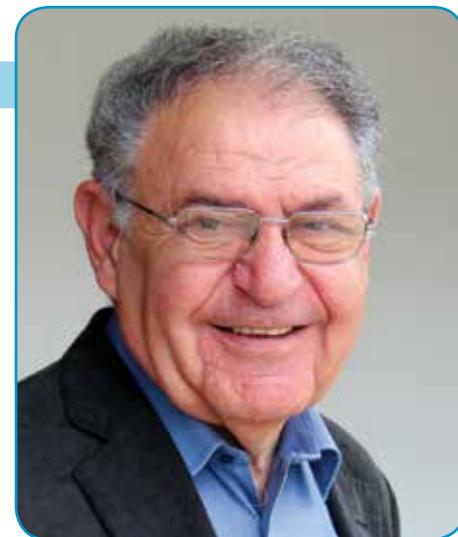
Uma sociedade sem gente que não seja capaz de doar o seu tempo, não tem alma. Neste setor do voluntariado estamos na cauda da Europa. Sofremos de um problema: somos um povo de uma generosidade grandiosa, mas com muita dificuldade em assumir compromissos. Como se vence este paradoxo? Salvo outras opiniões, é vendo como se faz, ou seja, é o testemunho credível de quem já assume o estatuto de voluntário que poderá entusiasmar outros também sê-lo. Mas é imprescindível a cooperação dos meios de comunicação social locais regionais e nacionais. Não acredito que o público não se interesse por temas relacionadas com esta área da cidadania. Para além do mais, ao colocarem-se assuntos desta vertente na agenda dos media, poder-se-ia alimentar a esperança de constatarmos que o mundo não é tão mau como aparenta. O muito de bom que já se faz, são centelhas de confiança de que é possível fazer diferente, para melhor.

Termino com um alerta do Papa: *«O mundo precisa de voluntários e de organizações que queiram comprometer-se com o bem comum. Sim, essa é a palavra que muitos hoje em dia querem apagar: ‘compromisso’. E o mundo precisa de voluntários comprometidos com o bem comum.»*<sup>1</sup>

<sup>1</sup> Cf. in <https://www.vaticannews.va/pt/papa/news/2022-12/papa-francisco-intencao-oracao-dezembro-voluntarios-organizacoes.html>.

## EDITORIAL

Padre Lino Maia - Presidente da CNIS



SUSTENTABILIDADE. PREVISIBILIDADE. AUTONOMIA. LIBERDADE

## Dia da CNIS – Conclusões

**1** – Os dirigentes das Instituições têm a seu cargo uma tarefa complexa, no que toca à gestão das Instituições que dirigem.

Trata-se de um contexto de gestão que não deixa praticamente espaço para a liberdade de atuação, cercada por um conjunto de constrangimentos que se organizam numa espécie de colete-de-forças, tão rígido que não permite a capacidade de adaptação que constitui uma característica da gestão de qualquer entidade coletiva – e também das IPSS.

Desde há largos anos que as tarefas de gestão dos dirigentes das IPSS se resumem num desafio: como, num contexto hostil, captar recursos que viabilizem as atividades sociais desenvolvidas e mantê-las à tona da água.

É o que se vem chamando “sustentabilidade” – e constitui a principal preocupação dos dirigentes.

**2** – Sustentabilidade hoje, mas também amanhã e sempre – para o que é mister poder programar-se a prazo, num quadro de estabilidade.

Estabilidade nas regras de funcionamento, quer dizer, no quadro normativo; mas também estabilidade nas políticas públicas para o Sector Social Solidário.

O exemplo do Pacto de Cooperação para a Solidariedade Social é, a este propósito, um modelo a seguir – é válido por 10 anos, correspondendo, segundo a experiência comum, ao tempo de distintos Governos.

Assim seja cumprido, assegurando aos dirigentes um horizonte temporal que lhes permita programar a execução da sua visão para as IPSS que dirigem e administram.

Este desafio tem também um nome: “previsibilidade”.

**3** – O quadro dos recursos materiais para a ação das IPSS é marcado por uma fortíssima rigidez.

Quanto à obtenção de receitas, elas são constituídas, quase na totalidade, como se sabe, pelas participações por acordos de cooperação e pelas participações das famílias.

Ora, a intervenção do Estado nas relações de cooperação regula minuciosamente

os critérios de determinação dos valores das participações familiares, fixando autoritariamente tais valores, não tolerando qualquer flexibilidade de adaptação à cobertura efetiva dos custos das respostas.

Às vezes, até parece que os serviços do Estado porfiam em acrescentar dificuldades às normais dificuldades de gestão.

O processo de implementação do princípio da gratuidade da creche, cortando cerce essa receita das Instituições e não compensando no acréscimo da participação pública esse corte da receita, é um recente exemplo dessa espécie de propósito de dificultar a vida das Instituições – assim se ferindo uma medida generosa e merecedora de aplauso com essa constante prática de corte de receitas, agravando as condições de exploração, que já no modelo anterior ao da gratuidade era considerado subfinanciado.

Aparentemente, prepara-se para a educação pré-escolar idêntico procedimento – com idênticas consequências ao nível de défice de exploração.

**4** – Por outro lado, ao nível das despesas, verifica-se o efeito simétrico do que respeita às receitas: enquanto a intervenção das autoridades públicas às vezes parece guiada por um intuito de diminuir as fontes de receita, parece outras tantas vezes porfiada em aumentar as despesas.

É o caso do aumento, desde 2015, da RMMG em percentagem superior ao dos acordos de cooperação, ensombrando uma vez mais uma ideia justa com uma produção de efeitos injustos – num sector onde não é legalmente possível fazer repercutir no preço das respostas sociais nenhum acréscimo de custos de produção.

A este respeito, os dirigentes das IPSS reclamam o direito de fazer ouvir a sua voz, e a voz do Sector Social Solidário, na Comissão Permanente do Conselho Económico e Social.

**5** – E é também o caso da sobrecarga administrativa e burocrática que diariamente cresce com novas exigências legalmente impostas e que fazem engrossar o caudal de despesas, perante a descrita rigidez ou diminuição das

receitas.

E é o que sucede no caso dos complementos por dependência ou demência de utentes em ERPI, SAD ou Centro de Dia. Boas soluções em teoria, mas parecendo os serviços públicos com intervenção na sua atribuição apostados em dificultar a concessão, quando devida.

**6** – Os dirigentes são forçados a atuar num quadro institucional híbrido: consideradas entidades adjudicantes para efeitos de contratação pública, retardando e dificultando procedimentos de aquisição de bens e serviços; e, simultaneamente, sendo equiparadas a empresas comerciais, no que toca a encargos e responsabilidades.

Enfim, procurando que se lhes apliquem as características mais gravosas, quer do sector público, quer do sector mercantil, fazendo letra morta do texto constitucional, que consagra a economia social como um sector autónomo – e não um aglomerado de estatutos de sectores concorrentes.

Ofensa da Constituição, mas também do Estatuto das IPSS, que lhes confere autonomia, quer na ação, quer na escolha da atividade.

**7** – Nesta teia de constrangimentos e deveres, não causa surpresa a ofensa mais comum ao principal direito dos dirigentes: o direito ao bom nome e reputação.

Não se pode impedir a imprensa de apresentar, sem filtros, situações que configuram objetivamente injúria ou difamação.

Mas pode exigir-se às autoridades públicas que o discurso político de referências às IPSS e seus dirigentes corresponda ao mérito dos mesmos e às dificuldades que lhes são colocadas no caminho.

Pode exigir-se a todos o respeito por quem exerce voluntária e gratuitamente o serviço e os cuidados ao próximo, sem outra contrapartida que não seja o cumprimento de um dever de solidariedade com os mais desfavorecidos.

E, neste contexto do reconhecimento do voluntariado, propor pelas vias adequadas a atribuição aos dirigentes do direito a crédito de horas para o serviço das Instituições que dirigem, aplicando-lhe o disposto no Estatuto do Dirigente Associativo Voluntário.

CNIS CELEBROU 44 ANOS A 15 DE JANEIRO E REUNIU VÁRIAS DEZENAS DE DIRIGENTES

# A (difícil) sustentabilidade financeira das IPSS dominou encontro e debate

A CNIS - Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade assinalou, no passado dia 15 de janeiro, o seu 44º aniversário com um encontro que esgotou a lotação do Auditório Carvalho Guerra, na Universidade Católica, no Porto, em torno da temática «Dirigentes das IPSS. Desafios, Direitos e Deveres».

Dezenas de dirigentes anuíram ao convite para celebrar os 44 anos da maior confederação do Sector Social Solidário, com mais de 3.000 IPSS associadas.

Foi precisamente por aí que o presidente da CNIS iniciou a sua abordagem, fazendo a devida contextualização histórica, lembrando “o dinamismo que depressa congregou muita gente” e que, em 15 de janeiro de 1981, culminou com a criação da, então, União das Instituições Privadas de Solidariedade Social (UIPSS).

“Não era previsível em 1981 que em 2025 tivéssemos tantas IPSS agregadas nesta estrutura”, sublinhou o padre Lino Maia.

Antes, o presidente da Mesa da Assembleia Geral da CNIS, José Carlos Batalha, já havia prestado “homenagem aos dirigentes que já partiram” e deixado “uma palavra de saudação para todos os construtores da solidariedade”.

“Os dirigentes, os profissionais e os voluntários são as vozes e os instrumentos dos que mais necessitam, defensores do princípio fundamental do primado da pessoa humana”, sublinhou José Carlos Batalha, rematando: “Estamos em todo o lado e estamos para toda a gente. Um Sector Social Solidário coeso e forte tem de ser uma realidade”.

Mais à frente, o padre Lino Maia reforçou esta ideia, defendendo que “a missão das IPSS é nobre e essa grande missão é a proteção social aos mais vulneráveis”, sublinhando: “Se não fossem as instituições haveria mais pobreza, mais sofrimento e, pelo trabalho das instituições, há menos gente a ficar para trás”.

E se os utentes das IPSS são o foco da missão, o presidente da CNIS não esqueceu os trabalhadores, que considerou “são parte da solução”.

“Apesar da remuneração insuficiente, os trabalhadores continuam empenhados”, afirmou, dirigindo-se, de seguida, aos dirigentes, “muitas vezes maltratados, mas é por causa do seu trabalho e da sua dedicação que as instituições continuam a sua ação na proteção social, saúde e educação”.

De seguida, o padre Lino Maia abordou algumas temáticas candentes no dia a dia das instituições.

A primeira foi a sustentabilidade, com o líder da CNIS a lembrar que “sempre que se fala em sustentabilidade, pensa-se em questões financeiras, mas há outra, muito importante, que é a dos valores que estão na matriz das IPSS: Particulares, porque brotam da



sociedade; Autonomia, nem sempre respeitada; Defesa da dignidade de todas as pessoas; Personalização, porque as pessoas não são números; Proximidade, porque somos instituições de aldeias; Voluntariado; Envolvimento, porque as instituições não podem ficar-se pelos que batem à porta, é preciso procurar quem precisa”.

O presidente da CNIS destacou que “privilegiar os mais vulneráveis e os mais carenciados deve continuar a caracterizar as instituições”, mas deixou um alerta: “No entanto, corremos um risco, não somos empresas sociais, porque se fôssemos toda esta filosofia era diferente”.

Referindo-se à sustentabilidade financeira, o padre Lino Maia frisou a importância da gestão nas instituições.

“Ainda assim, não podemos abdicar dos dirigentes, que não têm de ser gestores. Os dirigentes têm outras missões no seio da instituição. Agora, um bom gestor pode poupar muito”, sustentou, avançando dados sobre a situação do sector: “Neste momento, 50% das IPSS têm resultados negativos, sistematicamente e sempre as mesmas e muitas vezes bem geridas! Isto é preocupante. A participação pública não tem acompanhado as necessidades. Atualmente, está nos 38%”.

Sobre a situação à data do Dia da CNIS, em que ainda decorriam negociações com o governo, o líder da Confederação dizia-se “moderadamente confiante” quanto à cooperação com o Estado.

“Estamos em negociações. Já estive muito confiante, já estive moderadamente otimista e, agora, estou moderadamente confiante”, afirmou, acrescentando: “No início de fevereiro devemos ter a assinatura do Compromisso de Cooperação e há o compromisso de, em



fevereiro, com retroativos a janeiro, haver uma atualização significativa”.

A terminar, o padre Lino Maia a “tentações que continuam por aí” que colocam em perigo o Sector Social Solidário: “Não somos empresas sociais, o Estado coopera com as instituições, mas está aberta uma janela para cooperar também com o sector privado, o que já acontece com a Creche e, à socapa, a ERPI”.

Seguiu-se um período de microfone aberto com muitos dirigentes a aproveitarem para exprimir, essencialmente, as suas preocupações e dificuldades que diariamente obstaculizam o seu trabalho à frente das instituições. Uma espécie de tribuna pública na qual foram levantadas diversas questões, com destaque para as inúmeras queixas sobre como os dirigentes de instituições sociais são “maltratados”, cabendo-lhes toda a responsabilidade e não tendo nenhum reconhecimento.

Das muitas intervenções, destaque para as diversas que pediram “uma forma mais incisiva” de a CNIS se apresentar ao governo.

O encontro terminou com a leitura das Conclusões pelo presidente da Mesa da Assembleia Geral da CNIS.

COMISSÃO PERMANENTE DO SECTOR SOCIAL SOLIDÁRIO

# Negociações do Compromisso de Cooperação 2025/26 vão continuar

A reunião da Comissão Permanente do Sector Social Solidário, realizada no dia 4 de fevereiro em Lisboa, em que a CNIS esteve representada ao mais alto nível, não foi conclusiva relativamente ao texto final do documento do Compromisso de Cooperação 2025/26.

Ainda não há nenhuma decisão final e a única certeza é que as negociações entre as Organizações Sociais e o Governo vão continuar havendo a expectativa de que até final do mês o Compromisso de Cooperação será assinado. É certo que a aplicação do acordo que vier a ser consignada terá efeitos retroativos ao início do ano.

Na reunião, que também contou com a presença da ministra Maria do Rosário Palma Ramalho, foi assumido que “o Governo quer assegurar a estabilidade e previsibilidade financeira do setor social, tendo-se comprometido a apresentar até ao final do ano uma Lei do Financiamento do Setor Social e Solidário”, segundo uma nota enviada à agência Lusa

pelo Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social.

É ainda referido que “o objetivo é que as atualizações dos acordos de cooperação com o Estado sejam definidas por lei e não dependam de aumentos extraordinários, permitindo que o setor social invista com confiança, valorizando mais os seus trabalhadores e melhorando as respostas sociais”.

Tanto a Lei do Financiamento do Setor Social e Solidário como a renegociação dos protocolos de cooperação são medidas incluídas no Orçamento do Estado para 2025.

Segundo o MTSSS, o protocolo de cooperação, que começou a ser negociado, irá incluir a atualização do valor das comparticipações financeiras do Estado às respostas sociais, “que se prevê ser superior à atualização acordada na anterior legislatura”. “Recorde-se que esta atualização será feita sobre o valor da atualização extraordinária de 2 de outubro, que foi de 32,7 milhões de euros”, refere o MTSSS.

No dia da CNIS, o presidente da Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade, Lino Maia, reclamava a necessidade de uma “atualização significativa” apesar de se mostrar cauteloso quanto às negociações: “Já estive muito confiante, já estive moderadamente otimista e, agora, estou moderadamente confiante”.

De resto, o presidente da CNIS, em entrevista ao SOLIDARIEDADE, na edição de janeiro, já tinha sublinhado a importância da assinatura do Compromisso de Cooperação: “As Instituições confrontam-se com salários significativamente aumentados, não será só o ordenado mínimo e, portanto, é preciso dar passos apressados, não podem ser levianos, mas é preciso dar passos sérios para que no final deste mês de janeiro as instituições não entrem em colapso com os vencimentos e os pagamentos que têm que fazer.”

Esta reunião não foi conclusiva, as negociações vão continuar.

PRESIDENTE DA CNIS RECEBEU DELEGAÇÃO DE SINDICATOS

## Sem o Compromisso assinado não nos podemos comprometer

O presidente da Confederação Nacional de Instituições de Solidariedade recebeu uma delegação dos sindicatos que convocaram a greve nas IPSS para este dia 22 e a manifestação que se concentrou à porta da sede da CNIS, no Porto, pela manhã.

No final do encontro, o padre Lino Maia reiterou o que havia dito aos representantes dos trabalhadores, ou seja, que não vale a pena negociar antes de haver um Compromisso de Cooperação assinado com o governo, que se espera acontecer na primeira quinzena de fevereiro.

“Sem o Compromisso de Cooperação assinado, não nos podemos comprometer com nada. As instituições vão já este mês atualizar o salário mínimo, mas é preciso conhecer a atualização da cooperação”, sustentou o presidente da CNIS, lembrando que, em 2024, “cerca de 50% das instituições apresentaram resultados negativos”.

“Em Portugal, os salários são baixo, ponto. As instituições querem pagar mais e as instituições reconhecem que os trabalhadores merecem mais, até porque sem os trabalhadores as instituições não funcionam, mas, lembro, os salários são 70% dos custos das instituições”.

Questionado se será possível ir de encontro à reivindicação dos sindicatos de um aumento de 150 euros para todos os trabalhadores das IPSS, o líder da CNIS não confirmou que fosse esse o valor em cima da mesa por parte dos



sindicatos, mas disse que tal valor é “impossível” de acompanhar.

O padre Lino Maia recordou que a participação do Estado está, neste momento, “em média, nos 38%” e o que se pretende é chegar aos 50%.

“Sinto que há vontade por parte do Governo, mas faltam ainda 12%”, afirmou, acrescentando: “O Grupo de Trabalho já chegou a conclusões, não só sobre os custos de 2024, como

também dos custos para 2025”.

A greve foi convocada pelas federações dos Sindicatos do Comércio e Serviços, dos Professores (Fenprof) e dos Sindicatos da Alimentação, Bebidas, Hotelaria e Turismo de Portugal, assim como pelos sindicatos dos Enfermeiros Portugueses, dos Profissionais de Farmácia e Paramédicos, dos Fisioterapeutas Portugueses e dos Trabalhadores da Saúde, Solidariedade e Segurança Social.

JOSÉ CARLOS BATALHA, PRESIDENTE DA UDIPSS LISBOA

# O poder político a nível central tem uma visão enviesada dos problemas sociais do país

A Volta a Portugal da Solidariedade chega esta edição a Lisboa, um distrito que está sempre no olho do furacão quando as instituições de outras regiões do país reclamam por uma discriminação positiva no financiamento público. Porém, José Carlos Batalha, presidente da União Distrital das IPSS (UDIPSS) de Lisboa, lembra que este é um distrito-espelho do que se passa no país, para além de sentir problemas não tão sentidos noutras regiões de Portugal, como seja o fenómeno das pessoas em situação de sem-abrigo ou a desumanização crescente, em especial na cidade de Lisboa, que provoca inúmeras situações de solidão.

Por outro lado, José Carlos Batalha critica a postura do Estado face ao trabalho desenvolvido pelo Sector Social Solidário, considerando que “o poder político, a nível central, tem uma visão enviesada dos problemas” e, em termos de cooperação, “o Estado não tem acompanhado devidamente as necessidades do sector e não tem dado ouvidos, como devia dar, às vozes autorizadas”, como a CNIS, o maior representante do sector.

## **SOLIDARIEDADE - Que retrato podemos traçar do Sector Social Solidário no distrito de Lisboa?**

JOSÉ CARLOS BATALHA - O distrito de Lisboa é muito heterogéneo. É um distrito grande e com muita população e tem, de facto, muita heterogeneidade. Neste momento, temos cerca de 500 instituições associadas na União, num universo de 800 e muitas IPSS, que, supostamente, cobrem as necessidades das comunidades que servem. E por ser um distrito tão heterogéneo, tão diferente, com realidades sociodemográficas diferentes, com estruturas e também com implantação, do ponto de vista económico, com desigualdades gritantes, o distrito de Lisboa é, de facto, uma mistura difícil de gerir do ponto de vista das respostas sociais e das novas necessidades que as comunidades têm, em função destes fenómenos sociais, como a imigração, o envelhecimento, a desertificação da cidade, a solidão dos mais velhos, a colocação das populações nas periferias... Ora, tudo isto mostra e requer respostas sociais adequadas a estas necessidades e exige das instituições, não só uma dinâmica e atualização de respostas, mas sobretudo uma capacidade das entidades, em especial das autarquias, de estarem em consonância com o Sector Social Solidário e olhar para os fenómenos sociais e para as mudanças sociais e encontrar as respostas adequadas.

**Sempre que se fala em discriminação positiva no Sector Social Solidário compare-se sempre os territórios considerados desfavorecidos com Lisboa, passando a ideia de**



**que na capital tudo está melhor em relação ao resto do país. No entanto, Lisboa também tem grandes desigualdades territoriais, não tem?**

Sem dúvida. Aliás, se olharmos para a cidade de Lisboa, ela é uma manta de retalhos e um espelho claro das desigualdades, em que temos instituições em bairros favorecidos e outras em bairros em que existem fenómenos de marginalidade a céu aberto e que geram marginalização e outras situações complicadas do ponto de vista social que todos sabemos.

**Muitas vezes mais gritantes do que noutras zonas do país...**

Exatamente, com intensidade mais gritante. Nas zonas rurais ainda há alguma solidariedade de vizinhança, que é muito importante, e que se sente nas zonas mais rurais do distrito. Agora, na cidade e no distrito existem grandes assimetrias. Na cidade de Lisboa ainda existe essa solidariedade de bairro, mas depois existe o anonimato, prédios superpovoados de gente que não se conhece, que não diz um “bom-dia”, de gente que não é capaz de estar atenta às necessidades do vizinho, de gente que vive num individualismo atroz. E isto gera solidão. Ninguém quer saber de ninguém e esta é a doença mais grave que temos, a solidão. Numa cidade que se foi desertificando, com as pessoas a buscarem as periferias, as questões económicas e o turismo são fenómenos que correram com os velhos dos seus bairros típicos... E, depois, é uma cidade que tem na sua periferia bairros complicados, alguns não tão periféricos, e onde há fenómenos

complicados. Isto é Lisboa, mas olhando para o demais território do distrito, temos aquela zona superpovoadada a caminho de Sintra, depois temos a zona salaia e regressando junto ao Tejo, a zona mais a norte, Cadaval, Azambuja ou Alenquer, onde existe um misto de ruralidade com indústria e serviços e que também se foi descaracterizando, o que originou alguns fenómenos sociais a requerem novas respostas sociais.

**E, neste momento, qual é o grande obstáculo para que as IPSS possam melhor prosseguir a sua missão?**

Desde logo, ao nível da cooperação, creio que o Estado não tem acompanhado devidamente as necessidades do sector e não tem dado ouvidos, como devia dar, às vozes autorizadas do Sector Social Solidário. Não querendo puxar a brasa à nossa sardinha, mas o sector é representado, na sua maioria, pela sua maior organização, que é a CNIS. Por isso, considero que falta ao Estado olhar para este sector e perceber o que ele tem a dizer. A CNIS é uma voz autorizada e forte e a que melhor pode espelhar o que o Sector Social Solidário precisa. E precisa de um Estado atento, que tenha no sector aquilo que diz em teoria, e que é nós sermos parceiros, mas na prática não se porta como parceiro. E o desenho das políticas públicas é, muitas vezes, feito nos gabinetes, desconhecendo a realidade concreta. O Estado, muitas vezes, não põe a mão na massa e não se socorre de quem põe as mãos na massa para perceber as realidades. E, assim, produz políticas públicas que estão

desadequadas do que é a realidade nacional.

### **E qual a maior lacuna em termos de respostas sociais no distrito?**

Lisboa é um bocadinho o espelho de tudo o resto... Eu diria que Lisboa tem necessidade de dar resposta a necessidades que não se verificam noutros locais e estou a falar, por exemplo, dos sem-abrigo. É um fenómeno que está devidamente localizado. Lisboa tem este problema, outras zonas não. Agora, a nível de todas as respostas sociais, das áreas da infância, da terceira idade ou da deficiência, é evidente que algumas têm uma maior dimensão, tendo em conta a questão demográfica. As necessidades em todas as outras respostas são transversais ao país, em Lisboa ganham é uma maior dimensão. Há fenómenos que se agudizam nas grandes metrópoles. Diria que Lisboa tem as necessidades do resto do país, salvo as referências que fiz. Em Lisboa sentimos muito a solidão dos mais velhos...

### **Uma solidão no meio de uma multidão de gente e não tanto a solidão isolada das zonas do interior do país...**

É verdade, no interior há uma solidão isolada, mas há a possibilidade de haver um olhar de um vizinho. Lisboa não tem isso. As pessoas vivem para si e não se conhecem, é um fenómeno de desumanização. Os transportes públicos não têm em conta os mais velhos. O envelhecimento da população, a par das alterações climáticas, é o grande desafio que enfrentamos. Este é um desafio que se sente na grande cidade, mas igualmente no país inteiro. O país está velho.

### **Num contexto de muita população, também aqui se sente o problema, transversal ao país, no recrutamento de trabalhadores?**

Em Lisboa esse problema sente-se muito mais. Sabemos que o Sector Social Solidário emprega muita gente, os números são eloquentes, e em muitas localidades, a seguir ao Estado, são as instituições o maior empregador, mas também sabemos que as pessoas, se calhar, optam por ir para um supermercado em vez de irem para uma instituição. Temos relatos de instituições que todos os dias no fazem chegar o lamento de que não conseguem recrutar pessoas, ou que estas começam de manhã e à tarde já não aparecem. Isto porque as instituições não podem pagar mais, não é um sector atrativo e tem dificuldade em contratar mão-de-obra qualificada, para melhorar a qualidade. Não trabalhamos com peças, trabalhamos com pessoas para pessoas, que precisam de serviços de qualidade, serviços que dignifiquem as pessoas. E, para isso, temos de cativar e atrair as pessoas e isso também se faz com remunerações atraentes. Sentimos isto e as instituições de Lisboa sentem muito isso, em especial as instituições da área da deficiência e dos idosos.

### **Como é a relação das associadas com a União e quais as maiores solicitações mais frequentes?**

As solicitações são muitas, do ponto de vista laboral, da gestão e da organização da instituição, do ponto de vista da contabilidade ou da fiscalidade. Temos uns serviços administrativos



muito competentes, tal como uma equipa de assessores com grande aptidão e que dá resposta aos milhares de pedidos que temos ao longo do ano. Questões laborais, fiscalidade e contabilidade são as solicitações mais frequentes. Por outro lado, e isto é uma questão cultural, as instituições não têm uma participação muito ativa, só se socorrem da União quando precisam, não antecipam as situações. Vamos fazendo este trabalho de estar ao serviço das instituições, a disponibilizar instrumentos e respostas, no sentido de possibilitarmos que as instituições sirvam o melhor possível os seus utentes.

### **E em termos de ações direcionadas às associadas, quais têm sido as apostas da UDIPSS Lisboa?**

Desde logo, temos apostado, e queremos continuar a apostar, em termos uma relação privilegiada com as associadas, quer ao nível da formação, quer desta proximidade. Ao longo do ano, como o distrito é muito vasto, temos feito aquilo que, pomposamente, chamamos de Presidência Aberta. Vamos para os diferentes concelhos reunir com as instituições, porque os problemas de Torres Vedras serão seguramente diferentes dos de Oeiras, da Azambujo, de Sintra ou de Lisboa. Portanto, vamos ao encontro das instituições, fazemos um périplo pelo distrito, devidamente organizado, com toda a equipa de assessores. São ocasiões para as instituições colocarem as questões que estão na ordem do dia. Há ali, não só uma resposta mais política da Direção, mas também uma resposta técnica dada pelos assessores. Depois, fazemos encontros temáticos. Ainda recentemente fizemos um encontro no ISCTE sobre respostas sociais, com um grupo de trabalho que elaborou um documento que, depois, foi entregue à secretária de Estado da Segurança Social, que esteve no encerramento. No final, elaborámos um documento com as realidades concretas das instituições e que entregámos ao governo e à CNIS. Porque esta relação é feita pela CNIS, mas nós também colaboramos com a CNIS nestas organizações.

### **E como é a relação com a CNIS, que já foi algo conturbada?**

Foi, não há que o escamotear. A relação com a CNIS, em tempos, foi conturbada, mas depois fez-se um caminho de aproximação, de comunhão, e neste momento o presidente da UDIPSS Lisboa é o presidente da Mesa da Assembleia Geral da CNIS. Entendemos que, com todos os defeitos e todas as virtudes das organizações, a CNIS é o nosso edifício. Sendo nós a maior União Distrital, o maior andar deste edifício, estamos em consonância e em estreita e leal colaboração com a CNIS.

### **O PRR chegou às instituições do distrito e que ponto da situação é possível fazer da sua execução?**

O PRR chegou pontualmente, também como outros programas que o antecederam, mas creio que não teve a expressão que devia ter em Lisboa. Segue um pouco aquilo que é a dificuldade de execução que é assumida na implementação do PRR. Tendo em conta as exigências, o PRR tem alguma dificuldade em implementar-se no distrito de Lisboa.

### **Se o presidente da UDIPSS Lisboa fosse empossado ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, qual a primeira medida que tomava a pensar no Sector Social Solidário?**

Para ser empossado, teria que ter um cargo político, algo que não quero... Como presidente da UDIPSS a ser empossado ministro, a primeira medida que tomava era ir conhecer a verdadeira realidade das instituições. O poder político, a nível central, tem uma visão enviesada dos problemas. Temos de ter a humildade de perceber qual é a realidade e isso faz-se indo ao terreno, olhando nos olhos os problemas e só assim poderemos fazer políticas públicas que sirvam os reais e verdadeiros interesses das instituições.

CENTRO SAGRADA FAMÍLIA, OEIRAS

# A Creche Feliz está a ser muito prejudicial para a sustentabilidade da instituição

Foi pela mão das Religiosas Dominicanas Irlandesas, congregação que chegou a Portugal em 1639, que o Centro da Sagrada família começou a funcionar em 1993.

Com uma missão, essencialmente, dedicada à educação, a congregação tinha como ponto principal e inicial o Colégio do Bom Sucesso, em Lisboa.

“Há 33 anos, as Irmãs criaram a Fundação Obra Social das Religiosas Dominicanas Irlandesas, a que desejam associar, não só o projeto educativo, mas principalmente arrancar com um projeto mais social e transformam um colégio, mais ou menos, privado em IPSS”, começa por contar João sales Luís, presidente da Fundação, recordando ainda “a fundadora Irmã Inês, Sister Agnes, que aos 70 anos liderou todo este projeto da vinda para Algés e de pôr esta obra em marcha”.

Inicialmente, quando o Centro sagrada Família foi criado, haviam apenas uns barracões.

“Isto foi construído em 1991, através do PIC Algés, um Programa de Intervenção Comunitário, e esteve entregue à paróquia de Algés, que não conseguiu levar o projeto avante. Então, é quando as irmãs são desafiadas a pegar neste projeto. Havia os pré-fabricados e não havia portões”, refere Teresa Peraboa, diretora-executiva da instituição, a par de Carla Correia.

“O Centro começa numa situação muito fragilizada, porque aqui à volta existiam bairros muito pobres”, sublinha João Sales Luís, com Teresa Peraboa a lembrar algumas situações da altura: “Conta as mais antigas na casa que, ao final do dia, as funcionárias tinham de levar as crianças aos bairros, porque alguns pais não os vinham buscar e havia aqui uma sala em que as irmãs ensinavam coisas muito básicas das lides domésticas à comunidade cigana. Era a Sala Aberta da altura com outra finalidade”.

“O Centro foi crescendo com o trabalho das Irmãs, que saíram em 2016, com esta última obra do PARES terminada e que nos permitiu aumentar a capacidade de creche, que era de 66 para 109 crianças. Isto sempre com o apoio da autarquia de Oeiras, que cedeu este terreno e também a Quinta de Santa Marta, que é contígua a este espaço, e nos permite desenvolver ali o Pré-escolar”, conta Carla Correia.

Nos dias que correm, a instituição acolhe 109 bebês em creche e 99 crianças no Pré-escolar, desenvolvendo, depois, todo um vasto trabalho de apoio à comunidade, o denominado projeto Famílias com Alma.

Assim, o apoio comunitário é feito através de uma mercearia social e de uma cantina social, na vertente alimentar, com a instituição a apoiar cerca de 120 pessoas.

“Nada disto é protocolado com o Estado e temos apenas o apoio do Banco Alimentar”, ressalva Teresa Peraboa.

Ainda nesta vertente do apoio à comunidade, a instituição tem uma loja social, promove a Academia Sénior, frequentada por 42 idosos, e a



Sala Aberta.

“Sala Aberta surgiu em 2012, depois integramos um consórcio com outras entidades em que o objetivo era que nesses grupos, os Grupos Aprender, Brincar e Crescer, viessem crianças que não estivessem em contexto escolar e que viessem com os seus pais. Esta é a essência, que passava muito, na altura, por apoiar imigrantes, mas crianças que não estivessem em contexto escolar”, explica Carla Correia, acrescentando: “Atualmente, a Sala Aberta é frequentada por 10 crianças e seus cuidadores, duas vezes por semana, para atividades mais ao ar livre com o apoio de duas facilitadoras do brincar”.

Outra forma que a instituição encontrou para intervir na comunidade foi através do Café com Princípio, uma espécie de “formação informal”, que pretende “não só capacitar, mas incluir pessoas isoladas”.

“O objetivo é trazer as pessoas que estamos a apoiar, mas também está aberto à comunidade. Por um lado, dirige-se a pessoas que estejam à procura de emprego, capacitando-as nesse sentido, mas também que estejam isoladas. Assim, pretendemos responder aos dois eixos do programa, capacitação e inclusão. Atualmente,



acontece às segundas-feiras, de 15 em 15 dias, com diversos temas, seja de desenvolvimento pessoal ou emprego, literacia financeira e outros”, afirma Carla Correia.

Um outro eixo de ação do Centro é a Formação Profissional.

“Fazemos muita formação em áreas em que nós também sentimos necessidades, como crianças e jovens, primeiros socorros pediátricos, desenvolvimento pessoal. Acreditamos que a parte mais interior da pessoa condiciona muito o trabalho, pelo que a formação é menor em horas de formação, mas vai correspondendo mais às necessidades da comunidade, quer seja das famílias do projeto social, dos pais, dos colaboradores quer seja dos colaboradores de entidades externas”, explica Teresa Peraboa, acrescentando que, em 2024, frequentaram as formações 100 pessoas.

Já por altura da celebração do 30º aniversário da instituição, em 2023, surgiu a ideia de fazer um Ciclo de Palestras.

“O objetivo é trazer pessoas para ouvir falar de temas que dizem respeito à comunidade, trazer pessoas do terceiro sector e também do sector empresarial, apelando à responsabilidade social

das empresas”, acrescenta Teresa Peraboa.

Todo este trabalho junto da comunidade tem um feedback positivo.

“Sentimos que somos reconhecidos. Até há pouco nem site tínhamos, porque não precisávamos. Tivemos sempre lista de espera, porque sempre houve muito boca a boca. O caminho que fomos fazendo tem sido executar a missão e continuar a fazer o que as irmãs nos ensinaram, que é voltarmos sempre para fora, não olharmos só para nós, mas para o que está à nossa volta e tentarmos corresponder a isso”, sustenta Teresa Peraboa, exemplificando: “O que aconteceu com os idosos foi isso mesmo, apercebemo-nos que havia uma necessidade, porque os avós vinham buscar os netos e ficavam ali fora ao portão à espera. Então, pensámos: E se os trouxéssemos cá para dentro e fizéssemos alguma coisa com eles? Começou assim e, depois, surgiu a parceria com a Academia Sénior. As coisas vão surgindo perante o olhar crítico sobre a comunidade envolvente. A Sala Aberta também foi assim, surge como uma resposta à lista de espera”.

Por seu turno, Carla Correia defende que “a relação com a comunidade é uma relação de proximidade e de valor”.

E esta relação e reconhecimento fica patente no tradicional arraial que a instituição promove anualmente.

“O arraial é uma grande festa no final do ano letivo, que tem um fim solidário para o projeto Famílias com Alma, é um momento em que os ex-alunos e os pais vêm e em que já juntámos aqui mais de mil pessoas. E ainda promovemos a Corrida Solidária, que também movimenta essa família do Centro Sagrada Família”, sublinha Teresa Peraboa.

No que concerne às respostas à infância, os responsáveis pelo Centro mostram-se desagrados com o que se tem passado com a Creche Feliz, afirmando que “a instituição tem sido muito prejudicada”.

“Há cerca de três anos criou-se a Creche Feliz a que nós aderimos totalmente e, inclusivamente, estamos em processo de crescimento, através do PRR, para aumentarmos a capacidade. Na altura fez-se um estudo para que as instituições ganhassem um bocadinho. O custo por aluno foi definido nos 450 euros e o valor a pagar pela Segurança Social era de 476 euros. Porém, isto foi há mais de três anos e, desde então até agora, foi feito um aumento de cerca de 3%. Neste momento, o custo médio anda entre os 560 e os 580 euros. Todas as estruturas estão com um custo médio da ordem dos 500 e muitos euros e estão a receber pouco mais do que os 476 euros iniciais”, lamenta João Sales Luís, frisando: “Neste momento, a resposta é completamente deficitária e aquilo que defendemos é a mudança da legislação ou que seja permitido os pais continuarem a pagar uma parte. Tem de haver alguma brecha para que os pais possam contribuir com algo. Não queremos ganhar dinheiro, queremos é sustentabilidade”.

E por esta experiência, o presidente da instituição afirma ser “impossível” estender a gratuitidade ao Pré-escolar, por isso: “Vamos fazer barulho, porque não funciona. Tem de haver um duplo financiamento, porque a experiência da Creche Feliz é o que nos mostra”.

Com a resposta deficitária, o equilíbrio financeiro é um exercício muito exigente.



“A Fundação tem mais do que este Centro e as Irmãs deixaram uma reserva financeira, mas não há dúvida que aqui estamos constantemente a promover ações de angariação de fundos, com muito eventos e parcerias, porque precisamos. O Centro Sagrada Família tem tido sempre um pouco de prejuízo, mas em termos globais da Fundação, no ano passado houve um pequeno prejuízo, mas este ano, penso, já estaremos equilibrados. Em termos globais, temos uma sustentabilidade razoável, mas preocupante, no sentido que é preciso resolver o problema da Creche Feliz. Neste momento, no Pré-escolar estamos mais sustentados do que na Creche. É melhor não mexer no Pré-escolar e resolver, primeiro, a Creche Feliz”, advoga João Sales Luís, deixando uma sugestão: “O ideal era ter uma dotação certinha e mais alta da Segurança Social, mas haver a liberdade para os pais pagarem algo, obviamente, menos do que pagavam dantes”.

“Aliás, isso é o que o privado acaba por fazer. Parece que estamos a jogar ao mesmo jogo, mas com regras diferentes”, lamenta Carla Correia.

Apesar destes percalços, o Centro Sagrada Família está prestes a iniciar um projeto de alargamento da resposta de creche e melhorar a eficiência energética, no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), no valor de cerca de 300.000 euros.

“Fizemos uma candidatura ao Aviso nº 4, para Alargamento das Respostas Sociais, para criarmos mais duas salas de creche e para melhorarmos a eficiência energética da instituição, através da colocação de painéis fotovoltaicos. Vamos renovar uma sala que atualmente é um espaço polivalente e os painéis solares vão cobrir toda a instituição”, explica Carla Correia, com o presidente da Fundação a acrescentar: “Foi uma

luta, foi muito, muito difícil. Por um lado, foi a burocracia e todas as complicações no processo de candidatura e, depois, a expectativa criada, ou seja, vamos colocar mais 28 crianças na instituição, mas a Segurança Social vai pagar abaixo do custo médio. Tive que explicar tudo muito bem no Conselho de Administração da Fundação, mas sempre defendi que esse problema vai ser resolvido, não sabemos é quando. Depois, fizemos uma primeira consulta ao mercado, mas ficou deserta e, entretanto, já selecionámos um candidato e, provavelmente, em março ou abril arrancamos com a obra, que tem de estar pronta, sem falta, até ao final do ano”.

No seio da instituição é realizado ainda um trabalho espiritual.

“No fundo, propomo-nos a olhar para nós e para a instituição, para sermos melhores e apoiarmos de forma global as pessoas que nos rodeiam. São reflexões semanais, vem quem quer e falamos de Deus e da nossa missão com a equipa. Cuidar dos que estão cá dentro para melhor cuidarem dos que estão à nossa volta”, argumenta Teresa Peraboa, acrescentando: “Por outro lado, reunimos a equipa toda para uma reflexão no sentido de elaborarmos o Plano Estratégico, envolvendo, assim, toda a gente, promovendo a sua participação no rumo da instituição. E todos os anos há uma ida de toda a gente a Fátima”.

E como seria Algés sem o Centro Sagrada Família?

“Continuava a ter falta de sítios para as crianças ficarem, haveria mais pessoas a precisar de apoio e ia ficar mais vazio, porque haveria menos participação”.

## POBREZA ABSOLUTA

# Maior risco está nos agregados com crianças e nas famílias numerosas

A taxa de risco de pobreza absoluta em Portugal variou entre os 8,5% e os 12,6% em 2022, registando uma diminuição nos últimos 17 anos, de acordo com o relatório intercalar “Portugal, Balanço Social 2024” hoje divulgado. Intitulado “Quem consegue pagar as despesas essenciais? Uma análise da pobreza absoluta em Portugal”, o documento revela que “os desempregados (25%) e as famílias com crianças (12,2%) são dos grupos com maior risco de pobreza absoluta”.

“Em 2022, a taxa de risco de pobreza absoluta variou entre 8,5% e 12,6%, abaixo dos 16,4% da taxa de risco pobreza relativa”, indica, sustentando que “a pobreza absoluta é mais comum nas áreas urbanas (8,8%) do que nas áreas rurais (6,9%)”.

A análise publicada pela Fundação “la Caixa” e BPI e elaborada pela equipa da Nova SBE destaca que a taxa de risco de pobreza absoluta é inferior à relativa em todas as regiões, exceto na Área Metropolitana da Lisboa devido “ao elevado custo de vida, especialmente com a habitação”.

As regiões autónomas dos Açores e da Madeira são aquelas em que há “maior risco de pobreza absoluta”, com 22,1% e 15%, respetivamente.

“Estas diferenças advêm da distribuição de famílias com crianças e do rendimento não monetário (autoconsumo e autolocação), que variam significativamente entre regiões”, observa.

Adotando os microdados do Inquérito às Despesas das Famílias de 2022 e adaptando os métodos de Orshansky, o estudo analisa o custo do cabaz alimentar apropriado à idade de cada elemento do agregado familiar, segundo as diretrizes da Direção-Geral da Saúde (DGS), e os montantes das despesas essenciais: habitação, água, energia, alimentação, entre outras.

A análise, que teve a coordenação da professora Susana Peralta, revela que, há três anos, a taxa de risco de pobreza absoluta em Portugal era de 12,6%, equivalendo a 1,3 milhões de pessoas, 3,8 pontos percentuais abaixo da taxa de risco de pobreza relativa oficial. “O maior risco de pobreza absoluta está nos agregados com crianças (21,2%) e nas famílias numerosas (49,2%)”, salienta.

O estudo acrescenta que cerca de 900 mil trabalhadores, 8,9% da população, encontram-se em situação de pobreza absoluta, que é mais prevalente nos desempregados (31,8%) e em pessoas

com contrato temporário de trabalho (18,4%).

Sobre o risco de pobreza absoluta extrema, o relatório intercalar “Portugal, Balanço Social 2024” indica que “cerca de 100 mil pessoas vivem em agregados sem o rendimento necessário para pagar a dieta essencial”, perfazendo cerca de 1% da população.

“As crianças e os estrangeiros são os grupos mais afetados pela pobreza absoluta extrema, com taxas de 1,9% e 1,3% respetivamente. Logo, 37 mil crianças vivem em agregados com rendimentos abaixo do custo da dieta essencial”, realça.

O documento assinala ainda que cerca de 3,5% dos desempregados, perto de 20 mil pessoas, não possuem recursos para pagar uma dieta adequada, e que as famílias numerosas são o grupo com a maior prevalência de pobreza absoluta extrema (4%).

“A Região Autónoma dos Açores apresenta a maior taxa de risco de pobreza absoluta extrema (1,9%), seguida pela Área Metropolitana de Lisboa (1,4%), o que indicia uma concentração de famílias com rendimentos muito baixos nessas regiões”, conclui.

**APOSTA CONTÍNUA EM FERRAMENTAS INOVADORAS, PARA O SETOR SOCIAL, que asseguram uma gestão global, integrada e sempre em linha com as exigências legais/fiscais.**



**esocial**

# 2025

## PLANO DE FORMAÇÃO



**Formação útil e diferenciada para profissionais. Adaptada às exigências atuais.**



**ÁREAS DE FORMAÇÃO**

- Desenvolvimento Pessoal
- Formação de Educadores de Infância
- Contabilidade e Fiscalidade
- Gestão e Administração
- Informática na Ótica do Utilizador
- Enfermagem
- Serviços de Apoio a Crianças e Jovens
- Trabalho Social e Orientação
- Desporto





saiba mais em [trainingcentre.f3m.pt](http://trainingcentre.f3m.pt)



MINISTRA DO TRABALHO, SOLIDARIEDADE E SEGURANÇA SOCIAL MUITO CRITICADA

# Grupo de trabalho para reformar a Segurança Social

A ministra do Trabalho já veio garantir que o Governo não vai tocar em “nenhum direito adquirido” quanto às reformas, remetendo para as conclusões do grupo de trabalho, entretanto anunciado, qualquer eventual mudança nas reformas antecipadas.

Rosário Palma Ramalho respondeu diretamente ao secretário-geral do PS, Pedro Nuno Santos, que acusou o Governo de ter como “verdadeira agenda para as pensões” o corte de direitos adquiridos e recusou compactuar com a limitação às reformas antecipadas.

“Eu de facto ouvi essas declarações e fiquei até um pouco perplexa, porque é a primeira vez que vejo um líder do Partido Socialista antecipar conclusões relativamente a um estudo que ainda não foi feito, de um grupo de trabalho cujo despacho nem sequer foi publicado. Nós não fazemos política assim, nós primeiro estudamos e depois reformamos”, respondeu a governante.

Questionada por várias vezes se o Governo se prepara para colocar um travão às reformas antecipadas, como foi noticiado, a ministra começou por garantir que “não vai haver cortes, nem vai haver nenhum prejuízo dos direitos adquiridos dos pensionistas”. Rosário Palma Ramalho ainda adiantou: “Para o futuro, ver-se-á o que é que vai acontecer, mas tudo depende das conclusões do grupo de trabalho”.

A reavaliação do regime de reforma antecipada e o estudo de mecanismos de reforma parcial são dois dos temas que deverão constar num relatório intercalar do grupo de trabalho encarregado de estudar medidas para a sustentabilidade da Segurança Social.

As matérias que devem integrar o relatório intercalar - que deve chegar ao Governo até ao final de julho - estão elencadas no despacho da ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social que cria o grupo de trabalho para “propor medidas tendentes à reforma da Segurança Social” e que será liderado pelo economista e professor da Universidade Nova Jorge Bravo.

O objetivo deste grupo de trabalho passa pela “definição de estratégias sustentáveis e medidas concretas para garantir o futuro” do sistema de Segurança Social, tendo em conta o programa do Governo, as recomendações do Tribunal de Contas recentemente publicadas no âmbito de um relatório de auditoria e ainda as recomendações do Livro Verde da Segurança Social (produzidas por um grupo de trabalho nomeado pelo anterior governo).

O despacho assinado por Maria do Rosário Palma Ramalho atribui oito objetivos sobre outras tantas matérias ao grupo de trabalho, determinando que este terá um prazo de 12 meses para apresentar um relatório final com propostas concretas com vista à concretização de cada um dos objetivos, identificando os riscos e impactos associados.

Porém, a meio deste prazo, deverá “apresentar



um relatório de progresso” com propostas sobre três dos oito objetivos, nomeadamente os regimes das reformas antecipadas, os mecanismos de reforma parcial “que facilitem a transição gradual entre a vida ativa e a reforma” e os regimes complementares de iniciativa coletiva e privada e o regime público de capitalização, “oferecendo aos contribuintes uma maior flexibilidade e opções personalizadas”.

No caso concreto da reforma antecipada, a missão do grupo de trabalho é propor medidas que incentivem a permanência na vida ativa e aumentem o volume de contribuições.

O regime das reformas antecipadas dos desempregados de longa duração integra o leque de situações em que o Livro Verde da Segurança Social veio sugerir mudanças, propondo, nomeadamente, o fim do que permite o acesso à reforma (com penalizações) aos 57 anos de idade para quem esgotou o subsídio de desemprego e que, nas restantes modalidades, o acesso acompanhe o ritmo da idade normal de acesso.

Em Portugal existem atualmente vários regimes de reforma antecipada. Entre os mais relevantes está, além do dos desempregados de longa duração, o de antecipação por flexibilização, acessível a pessoas com mais de 60 anos de idade e 40 anos de descontos, mas com uma penalização de 0,5% por cada mês de antecipação face à idade normal de reforma em vigor e o fator de sustentabilidade.

A reforma antecipada é ainda possível para

quem enquanto tem 60 anos de idade atinge, pelo menos, os 40 anos de descontos. Neste caso, há lugar a uma penalização de 0,5% por cada mês de antecipação, não sendo aplicado o corte pelo fator de sustentabilidade.

O acesso à reforma antes da idade normal está ainda acessível para as pessoas com longas carreiras contributivas, sem qualquer penalização, desde que tenham idade igual ou superior a 60 anos e 48 anos ou mais de descontos ou tenham 46 ou 47 anos de descontos e iniciado o trabalho antes dos 17 anos de idade.

Os dados relativos a 2023 indicam que nesse ano foram atribuídas pela Segurança Social 102.435 novas pensões de velhice, das quais 21.769 ao abrigo dos regimes das pensões antecipadas. Destas, cerca de 40% (9.039) foram atribuídas após desemprego de longa duração.

Segundo dados da Pordata, das 2.117.487 pensões de velhice que estavam em pagamento em 2023, 112.523 eram antecipadas. Um ano antes, o total das de velhice era de 2.081.795 e as antecipadas 130.187.

Na Caixa Geral de Aposentações - regime aplicável aos funcionários públicos que iniciaram funções até 31 de dezembro de 2005 - das 20.228 pensões atribuídas em 2023, houve 2.056 antecipadas -- a maior parte das quais ao abrigo do regime das longas carreiras contributivas.

O grupo de trabalho agora criado iniciou funções em 30 de janeiro de 2025 e será composto por 10 pessoas, além do coordenador.

ENCONTRO SOBRE ACOLHIMENTO RESIDENCIAL DE CRIANÇAS E JOVENS MUITO CONCORRIDO E PRODUTIVO

# Portaria nº 450/2023 vai ser

A CNIS promoveu, no passado dia 30 de janeiro, um encontro em que marcaram presença 94 IPSS associadas, representadas por 211 pessoas, entre dirigentes e técnicos, com o intuito de fazer o ponto da situação quanto às Casas de Acolhimento de crianças e jovens.

A pertinência do encontro prende-se com a execução da Portaria nº 450/2023, de 22 de dezembro, o mais recente diploma legal a enquadrar a referida resposta social. Em concreto, há demasiadas pontas soltas nesta matéria, que estão a levantar muitos obstáculos às instituições, aliás como ficou bem patente no largo período de debate, em que os representantes das associadas colocaram diversas questões a que a CNIS, através de quatro assessoras, tentou dar resposta.

Na abertura do encontro, o presidente da CNIS começou por lembrar “a tradição muito antiga das instituições acolherem crianças e jovens”.

Por ser uma questão que tem trazido as instituições preocupadas, a CNIS avançou com uma auscultação junto das instituições associadas que promovem respostas de acolhimento residencial de crianças e jovens, tendo apresentado de forma resumida alguns dados recolhidos.

Filomena Bordalo, assessora da CNIS, começou por sublinhar “o hiato de tempo na saída da legislação”, que começou com a publicação da Lei nº 142/2015, de 8 de setembro (Lei de proteção de crianças e jovens em perigo). Desde esta altura que as respostas sociais de acolhimento no âmbito das crianças e jovens – Lares de Infância e Juventude, Centros de Acolhimento Temporário e Apartamentos de Autonomização – aguardavam pela regulamentação do regime de organização e funcionamento das casas de acolhimento de crianças e jovens, o que apenas se concretizou oito anos mais tarde, com a publicação da Portaria n.º 450/2023, de 22 de dezembro.

A publicação desta Portaria deu início a “um período de incerteza, mas igualmente, de consciência da necessidade de concretização de um processo de qualificação”, o que algumas instituições já haviam iniciado por sua própria iniciativa, após a publicação do Decreto-lei n.º 164/2019, de 25 de outubro, que “estabelece o regime de execução do acolhimento residencial, medida de promoção dos direitos e de proteção das crianças e jovens em perigo”.

“A CNIS não acordou para esta situação hoje”, sublinhou Filomena Bordalo, lembrando que “há uns anos o Estado queria participar pela frequência e não pela capacidade, mas essa medida não passou por causa da CNIS”.

Em paralelo, a CNIS “constituiu um grupo de conhecimento e operacionalização, com a participação de especialistas da Academia e representantes de instituições associadas”, de cujo trabalho, em julho de 2019, resultou “uma proposta de regulamentação ao respetivo Governo e à Procuradoria-Geral da República”, relatou a assessora, deixando um lamento: “O silêncio



do Instituto da Segurança Social (ISS) é um obstáculo”.

No entanto, a CNIS teve uma reunião com o ISS, a 17 de janeiro, “e agora estamos a trabalhar de uma forma mais articulada, porque é preciso que o ISS perceba que a CNIS é parte da solução”, afirmou.

De seguida, Ana Rodrigues, assessora jurídica da CNIS, abordou questões dos dois documentos legais que, ultimamente, mais têm preocupado os dirigentes das instituições.

Para além da Portaria nº 450/2023, também a Portaria nº 95/2024/1, de 11 de março, que aprova o modelo de comparticipação para a requalificação do sistema de acolhimento residencial, foi abordada, porque a falta de execução do que determinam levanta problemas às instituições.

As questões mais candentes que se prendem com estes documentos legais é que, por exemplo, “a linha de financiamento específica para requalificar os equipamentos ainda não está definida”.

E de acordo com o Compromisso de Cooperação, “o processo de adequação dos acordos de cooperação para as casas de acolhimento carece de consensualização prévia com os representantes das instituições do Sector Social Solidário”.

Por outro lado, “com vista à avaliação e adaptação dos equipamentos sociais existentes, o ISS constituiu equipas distritais de acompanhamento para identificação das necessidades de adaptação e de investimento e para conversão de respostas sociais, bem como a elaboração do plano de formação que deve ser assegurado pelo ISS”.

Contudo, a formação ainda não está em marcha e, por outro lado, “a criação das equipas de acompanhamento não foi comunicada à CNIS” e esse momento determina prazos de execução.

“É que os centros de acolhimento temporário, lares de infância e juventude e apartamentos de autonomização que se encontrem em

funcionamento devem adequar-se ao estabelecido na Portaria no prazo máximo de 36 meses” e estes começam a contar da data da sua entrada em vigor ou da constituição das equipas distritais, caso o sejam em data posterior.

Ora, não se sabendo quando as equipas de acompanhamento foram criadas, a não ser aquando da primeira visita, e algumas instituições já começaram a receber, é problemático para definir calendários. Porém, o prazo de 36 meses pode ser prorrogado por 12 meses, por duas ocasiões, através de “um pedido bem fundamentado”.

A CNIS aconselhou as instituições a inquirirem junto da Segurança Social em que data as equipas foram criadas.

Ana Rodrigues lembrou ainda que, “no âmbito da avaliação e adaptação dos equipamentos sociais existentes, as equipas distritais do ISS podem propor a conversão do acordo de cooperação para uma nova resposta social, em linha com o diagnóstico efetuado”, como CAFAP, Acolhimento Familiar ou outras.

Por outro lado, “o valor de comparticipação mensal por criança ou jovem, que tenha em conta os novos requisitos constantes da Portaria, bem como a especificidade, complexidade e exigência técnica de cada unidade que constitui a casa de acolhimento”, foi fixado pela Portaria n.º 95/2024/1, de 11 de Março, da qual “resulta claro que os valores aí fixados se aplicam às IPSS ou equiparadas que disponham ou venham a dispor de casas de acolhimento e que se adaptem às regras da Portaria n.º 450”, sendo, para o efeito, revistos os acordos de cooperação existentes ou celebrados novos acordos de cooperação com o ISS.

“Cuidado com a assinatura de novos acordos de cooperação sem que os requisitos financeiros estejam estabelecidos”, alertou Ana Rodrigues, lembrando, novamente, que ainda se está à espera que a Linha de Financiamento seja definida.

# revista ou não, eis a questão!



A este propósito, já no período de debate, esta questão foi levantada, com a acusação de que a linha de financiamento “é um empréstimo que as instituições terão de pagar”.

Neste assunto, o padre Lino Maia foi bastante claro: “Não queremos uma linha de financiamento, queremos apoio financeiro, que pode ser de um PARES, mas não do PRR. O que se pretende é apoio financeiro sem reembolso”.

No tempo de microfone aberto à plateia, muitos casos particulares foram relatados, muitas preocupações expostas, muitas indignações proferidas e muitas matérias que estão a criar incerteza e desconfiança foram colocadas a debate.

Da não adequação das categorias profissionais que datam de 1999 às remunerações insuficientes, da (quase) impossibilidade de intervir em edifícios muito antigos e que são património nacional ao problema que é o encaminhamento das crianças e jovens para as instituições muito foi dito e alguma coisa esclarecida.

Quanto a esta matéria do encaminhamento das crianças e jovens, um dirigente sublinhou que “não podemos ter como parceiro apenas o Ministério da Segurança Social, mas também os ministérios da Justiça e da Saúde”.

Sobre esta questão, o padre Lino Maia informou os presentes que, “nas negociações do Compromisso de Cooperação 2025-2026, a CNIS já requereu a participação do Ministério da Justiça”, lembrando ainda que “os jovens com processos tutelares educativos não deviam ir para os CAT”.

Sobre a questão do encaminhamento dos menores, um outro dirigente defendeu que “é preciso definir bem e separar os jovens em risco dos jovens que colocam a sociedade em risco, e há muitos nas nossas instituições”.

Foi pedida maior flexibilidade às Equipas Técnicas de Arquitetura e Engenharia (UTAE) e a CNIS solicitou às associadas que recebam notificações das UTAE que as comuniquem à CNIS.

Outra questão que tem trazido os dirigentes revoltados é a tentativa de imposição de jovens nas instituições. Algumas instituições, apesar de terem capacidade, têm recusado aceitar algumas crianças e jovens, algo com que o ISS já confrontou a CNIS.

“A CNIS não aceita ameaças da Segurança Social, tem é de haver uma postura de parceria”, asseverou o padre Lino Maia, que pediu mais harmonia nas posições dos diferentes Centros Distritais da Segurança Social.

A causar grandes constrangimentos às instituições está o facto de as casas de acolhimento deverem passar a ser “inclusivas”, o que implica passarem a ser mistas e a acolher igualmente pessoas portadoras de deficiência.

“Queremos casas especializadas e é grave que se exija que todas as casas de acolhimento sejam mistas. Em determinadas instituições, em certas idades e em determinadas situações, torná-las mistas não é solução. Por isso, é preciso sensatez”, apelou o presidente da CNIS, lembrando: “Há o preconceito dos governantes, que depois passa para a sociedade, de que estas casas são um mal menor, mas não, elas são um bem maior para todos”.

A este propósito, a assessora Patrícia Monteiro avançou que “a CNIS tem vincado a necessidade de reforço da qualificação de todas as medidas de promoção e proteção”, mas tal como acrescentou Ana Rodrigues: “O acolhimento residencial é o parente pobre do sistema de promoção e proteção de crianças e jovens em perigo. A CNIS integra um grupo de trabalho sobre as medidas de promoção e proteção e ele não inclui o acolhimento residencial”.

A determinada altura, uma dirigente questionou a CNIS sobre o facto de a UDIPSS Porto ter comunicado às suas associadas que a Portaria nº 450 ia ser retirada. A informação terá surgido num encontro promovido pela União do Porto, à margem da CNIS, e onde esteve a secretária de Estado da Ação Social e da Inclusão, Clara Marques Mendes.

“Cautelas e caldos de galinha cada um toma os que quer”, começou por dizer o padre Lino Maia, mostrando descontentamento com a situação gerada a norte: “Fiquei muito desagradado quando soube que, depois da CNIS estar a elaborar todo este trabalho, paralelamente, fizeram um encontro no Porto com a secretária de Estado e anunciaram que a Portaria ia ser retirada. Foi inoportuna a informação da UDIPSS Porto”.

Depois, lembrou que há muito que reclama pela “revisão da Portaria” e sustentou que “a Portaria está em vigor e se for alterada será com a participação da CNIS”, acrescentando ainda: “Não há certeza de alteração da Portaria, o que vamos fazer é contribuir para a clarificação de muitas questões”.

Por detrás do encontro que decorreu em Fátima esteve um estudo realizado pela CNIS, entre os dias 7 e 20 de janeiro, período em que decorreu a recolha de informação junto das associadas com as respostas sociais Lares de



Infância e Juventude, Centros de Acolhimento Temporário e Apartamentos de Autonomização, através de um questionário, por cada acordo de cooperação existente, com objetivo de obter uma caracterização das casas de acolhimento, das crianças e jovens atualmente acolhidos e do processo de adequação às novas exigências legais.

O pedido de colaboração foi enviado às 194 IPSS associadas identificadas como desenvolvendo estas respostas sociais em Portugal continental e nas regiões autónomas. A CNIS recebeu 174 respostas, sendo 171 consideradas válidas das quais 158 são desenvolvidas por associadas de Portugal continental e 13 das regiões autónomas.

De acordo com a Carta Social, as associadas da CNIS desenvolvem 270 respostas de acolhimento residencial em Portugal continental, das quais 158 (59%) responderam ao questionário.

Os resultados foram apresentados pelas assessoras Patrícia Monteiro e Mafalda Jesus e servirão de base para a elaboração de propostas apresentar nas negociações com o Estado.



**PAULO PEDROSO**

Membro da Direção do CoLABOR  
e Professor no ISCTE



## SUSTENTABILIDADE DA SEGURANÇA SOCIAL

# Não quero crer que haja bruxas

O debate sobre a sustentabilidade da segurança social regressou mais uma vez à agenda política, com a criação pelo Governo de um grupo de trabalho com a missão de definir “estratégias sustentáveis e medidas concretas para garantir o futuro do sistema de segurança social em Portugal”<sup>1</sup>.

O mandato deste grupo, segundo o despacho que o nomeia, está muito centrado no sistema de pensões e integra três dimensões dele que obedecem a princípios de financiamento muito distintos.

O sistema previdencial de segurança social, que cobre a generalidade dos trabalhadores, tem um financiamento baseado nas contribuições dos trabalhadores e das entidades empregadoras e garante pensões a que se acede através da carreira contributiva, isto é, do número de anos em que se faz descontos e do valor dos salários sobre os quais os descontos incidiram.

O regime de proteção social convergente, que cobre os trabalhadores com emprego público iniciado antes de 31 de dezembro de 2005, é um regime fechado, no qual não entram novos trabalhadores e foi concebido para aproximar a aposentação dos funcionários públicos do regime de pensões da segurança social. Enquanto durar, este sistema fechado, é influenciado pelas regras que levaram durante décadas o Estado a conceder benefícios aos seus empregados diferentes dos que o setor privado concedia e a ter sido constituído com base na ideia de que o Estado teria recursos ilimitados para gerir as suas aposentações.

O regime de proteção social de cidadania cobre os idosos com baixos rendimentos e é financiado pelos impostos pagos por todos os cidadãos, numa lógica em que a sociedade garante a todos os seus membros, idosos e incapacitados permanentes para o trabalho, um mínimo de dignidade.

Sendo estes três regimes tão diferentes entre si, se nada obsta a que a mesma comissão olhe para a sustentabilidade dos três, seria um gravíssimo erro conceptual que queremos acreditar que não será cometido pensar que ela pudesse procurar essa sustentabilidade por um critério único ou comum.

A sustentabilidade do sistema previdencial de segurança social assenta numa socialização do salário dos trabalhadores em cada momento. Os

trabalhadores de hoje renunciam a uma parte do seu salário (as contribuições para a segurança social) para garantir os benefícios das pensões e das outras prestações dos beneficiários da segurança social de hoje e, num contrato intergeracional, esperam que os trabalhadores do futuro participem nesse mesmo circuito, financiando com os seus salários as pensões e outros benefícios dos trabalhadores de hoje.

Nestes termos, a sustentabilidade do sistema previdencial depende, no essencial, da evolução do emprego, dos salários e da demografia<sup>2</sup>. Os estudos previsionais existentes, que todos os anos são apresentados em conjunto com o Orçamento de Estado, dizem-nos que este regime é hoje sustentável. Esses relatórios foram, no entanto, recentemente atacados pelo Tribunal de Contas, numa auditoria cheia de enviesamentos e erros conceptuais, que mistura alhos com bugalhos. Importaria que o Governo defendesse a credibilidade dos seus próprios relatórios, suprisse lacunas e falhas que porventura existam, mas não é nessa direção que aponta a visão que a Ministra tem vindo a defender.

A sustentabilidade do regime de proteção social convergente implica outro tipo de raciocínio. No futuro, quando todos os benefícios dos empregados públicos que iniciaram funções até ao fim de 2005 tiverem sido conferidos e concluídos, o regime extingue-se. Importa saber como foram constituídos esses direitos e quem tem o dever de os garantir, através de que mecanismos de financiamento. O Estado, como patrão, teve a legitimidade para conferir esses direitos. Durante décadas usou e abusou da aposentação como instrumento de gestão de recursos humanos, incentivando trabalhadores a aposentações precoces. Durante décadas não contribuiu para a Caixa Geral de Aposentações ou não contribuiu de modo suficiente e adequado, assumindo que na hora de pagar essas responsabilidades que contraía teria capacidade para o fazer. Essa parte das responsabilidades da Caixa Geral de Aposentações não podem ser atribuídas aos trabalhadores ou aos empregadores de hoje nem aos do futuro, mas a essa entidade empregadora específica que é o Estado. Atribuir a outros, e em particular ao regime previdencial de segurança

social, qualquer sobrecarga por essa decisão unilateral do Estado, seria um grave atentado à integridade deste regime.

Já quanto à proteção social de cidadania, a questão da sustentabilidade nem sequer se coloca de modo específico. Sendo este regime um sistema de proteção garantido pela comunidade aos seus membros mais pobres, ele é por definição garantido pelos recursos que os cidadãos e as empresas põem à disposição do Estado através dos impostos. A sua sustentabilidade depende da arbitragem de prioridades orçamentais que o Parlamento terá de fazer quando aprova os Orçamentos de Estado.

Porque se mistura no mesmo mandato da mesma Comissão, sob o mesmo chapéu sustentabilidades tão distintas, mesmo que não pensemos na sustentabilidade social e apenas na sustentabilidade financeira das pensões? A que se refere o despacho da Ministra quando pede uma “análise integrada da sustentabilidade”?

Porque se escolhe para presidir a essa comissão, que se dedica a analisar a sustentabilidade de um sistema de repartição, um perito cuja experiência é centrada em sistemas de capitalização, que têm lógica totalmente distinta (e de que aqui talvez falemos um dia)?

Porque se pôs no mandato da Comissão “reavaliar o regime de reforma antecipada dando prioridade a políticas que incentivem a permanência na vida ativa”, ou seja, porque se quer dificultar a pessoas com carreiras contributivas muito longas que se possam reformar mais cedo, quando já cumpriram pelo menos quatro décadas de descontos?

O risco de que haja uma raposa no galinheiro da segurança social é real e não consigo esquecer que, há umas décadas, quando os benefícios fiscais dos PPR eram significativos, todos os anos em dezembro, mês de o sistema financeiro angariar as poupanças com o engodo desses benefícios, apareciam notícias catastróficas sobre a sustentabilidade da segurança social pública, com os mesmos erros conceptuais, como o de misturar regime previdencial e proteção de cidadania, que agora se intuem comandar a direção da Comissão que foi criada.

Eu não quero crer que haja bruxas, mas...

<sup>1</sup> Acessível online em <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/doc/1452-2025-905659876>

<sup>2</sup> Já abordei este assunto, aqui no *Solidariedade*, refletindo também sobre alternativas de financiamento que importa pensar, no artigo “A discussão sobre o futuro da segurança social está de volta”, de abril de 2024, acessível em <https://www.solidariedade.pt/site/detalhe/14627>

HENRIQUE RODRIGUES

*Presidente do Centro Social de Ermesinde*

# O Poder moderador

**1** - Após longos meses de campanha “avant la lettre”, em que os protocandidatos ensaiavam os passos, os avanços e os recuos, preparatórios do percurso que há-de levar um novo inquilino ao Palácio de Belém, chegou o tempo de formalizar a afirmação da candidatura a Presidente da República por parte das principais figuras que têm ocupado o espaço da disponibilidade para a campanha que vai culminar em Janeiro de 2026, com a eleição do novo Primeiro Magistrado da República.

(Ou em Fevereiro de 2026, se a eleição for à 2ª volta.)

Hoje, domingo, dia em que escrevo a crónica, Luís Marques Mendes apresenta o seu último “Comentário” na SIC, a que põe fim por ter chegado o momento de anunciar a sua candidatura, em representação do espaço político do centro-direita, para o que terá o apoio expresso do Partido Social-Democrata.

Apesar de as candidaturas a Presidente da República serem, do ponto de vista da Constituição, da iniciativa individual dos cidadãos, escapando à lógica partidária, a Direcção do PSD já veio anunciar que o apoio do Partido estaria reservado para um militante desse Partido; e tal anúncio trazia implícita a indigitação de Luís Marques Mendes como o candidato que teria o apoio do PSD.

Do lado do centro-esquerda, prefiguram-se dois candidatos, dois Antónios: António José Seguro e António Vitorino – ambos militantes do Partido Socialista.

Enquanto a candidatura de Luís Marques Mendes aparenta ter sido concertada com a Direcção do PSD, ainda está por revelar qual o envolvimento da Direcção do PS no processo de apoio a um dos seus militantes que venham a ser candidatos.

Ou a nenhum eles, na esteira de anteriores eleições presidenciais – em que o PS, invocando justamente o carácter pessoal das candidaturas, ou por tacticismo, optou por não patrocinar nenhum militante seu.

Fora da divisão tradicional entre esquerda e direita, as sondagens evidenciam, ademais como favorito, um militar – o Almirante Henrique Gouveia e Melo.

Trata-se de uma candidatura com origem e desenvolvimento insólitos.

Ao invés dos demais candidatos, sujeitos à previsão das sondagens na sequência de manifestações de pré-candidatura, a candidatura de Gouveia e Melo, pelo que se sabe, nasceu a partir das próprias sondagens.

Creio que foi Emídio Rangel quem afirmou que uma estação de televisão é tão capaz de vender um sabonete como de fazer um Presidente da República.

Foi o caso de Gouveia e Melo, cuja candidatura

foi inventada pelas empresas de sondagens, “sponte sua”, antes mesmo de qualquer sinal dele nesse sentido – e cujo sucesso foi tão longe que as sondagens o dão como favorito, quer numa primeira volta, quer numa segunda volta.

Falta ainda referir André Ventura; mas isso não é novidade nenhuma.

E fica o leque completo, para falar apenas daqueles candidatos com verdadeira possibilidade de passarem à 2ª volta – sem desprimor para os candidatos que concorrem, legitimamente, para marcar presença, pelas mais diversas razões, mas que não têm possibilidade real de serem eleitos.

**2** – Independente de filiação partidária, é nas eleições presidenciais que tenho participado com maior entusiasmo.

Participei activamente na campanha presidencial de Salgado Zenha, em 1985/1986, organizada fora do PS (o candidato do PS foi então Mário Soares); e também nas campanhas de Manuel Alegre, em 2006 e 2011; e participei igualmente na 2ª campanha de Ramalho Eanes.

Como referi, nas eleições de Janeiro de 1986, o PS apoiou a candidatura de Mário Soares, que acabou por ser eleito Presidente, na segunda volta, contra Freitas do Amaral.

A primeira campanha de Manuel Alegre foi contra o candidato do PS, Mário Soares; e na segunda, em que foi apoiado pelo PS, nem a alegria, nem os resultados foram tão estimulantes como os da primeira campanha.

E Ramalho Eanes foi eleito contra Soares e Sá Carneiro – que dominavam então os terrenos partidários que exerciam o poder executivo.

Eanes, Alegre e Zenha representam bem o ideal constitucional da independência face aos poderes dos partidos, tendo definido um perfil de candidatura assente no prestígio pessoal e político e consagrando um percurso de serviço público sem paralelo.

É este retrato de independência face aos outros poderes, de direito ou de facto, bem como o facto de, em regra, e eleição para a Presidência da República representar o reconhecimento de um percurso cívico exemplar que constitui o fundamento para a exigência da eleição directa do Presidente da República.

Tem sido referido que, nas próximas eleições presidenciais, essa matriz pode mudar.

Com efeito, os partidos que, desde 1976, nos têm governado – PS e PSD, este por vezes acompanhado do CDS – aparecem como apresentantes de candidato próprio: Luís Marques Mendes pela Aliança Democrática, António Vitorino ou António José Seguro pelo PS (ver-se-á qual esta semana).

E a candidatura do Almirante Gouveia e Melo, que aparece nas sondagens como potencialmente ganhadora, não representa a

consagração de um percurso de vida pública dedicado à participação e ao empenhamento cívico – como Zenha ou Alegre.

(Eanes é diferente: foi o primeiro Presidente eleito após a Revolução de 25 de Abril e a sua legitimidade resultava directamente do papel que desempenhara na Revolução e na manutenção da democracia.)

**3** – Por mim, associo o perfil do Presidente da República ao coroamento de uma vida pública exemplar, de alguém que, sem embargo do respeito pelo papel dos partidos para efeitos de Governo, tenha força e legitimidade, reconhecida pela comunidade, para servir de contraponto ao poder dos partidos, seja capaz de exercer verdadeiramente o poder moderador que é apanágio da Presidência.

É esse o fundamento para a eleição directa do Presidente da República, como a Constituição estipula.

Algumas vezes já se vêm escutando no espaço público, no sentido de mudar o método da eleição, reforçando a vertente parlamentar do Regime e remetendo para um colégio eleitoral restrito a eleição do seu Presidente da República.

Mas importa lembrar que o fundamento para a solução por que optaram os nossos constituintes, de eleição por sufrágio universal e directo do Presidente da República, deriva da rejeição do modelo que vigorou na Ditadura, entre 1958 e 1974.

Com efeito – mas poucos já se lembram disso –, até às eleições de 1958, entre o Almirante Américo Tomás e o General Humberto Delgado, o Presidente da República era eleito por sufrágio directo dos cidadãos eleitores.

Como a História regista, quem verdadeiramente venceu essas eleições foi Humberto Delgado, tendo a vitória sido atribuída a Américo Tomás na sequência da falsificação dos resultados da votação.

Tal foi o susto que a ditadura apanhou que rapidamente o Regime mudou o sistema eleitoral, passando o Presidente da República a ser eleito por um colégio eleitoral constituído, se bem me lembro, pelos Deputados da Nação e pelos Procuradores da Câmara Corporativa.

Foi uma espécie de homenagem que os Constituintes de Abril prestaram ao General Sem Medo o regresso ao método que, mesmo numa ditadura, com PIDE e Censura, permitiu que o Povo tivesse pregado um susto aos poderosos.

O sistema tem-nos dado alguns bons Presidentes da República.

Também o devemos a Abril!



UDIPSS-PORTO  
união distrital das instituições  
particulares de solidariedade social

# Obrigada!

## 13135 ASSINATURAS

Agradecemos o empenho e dinamismo das IPSS.

O próximo passo é a entrega das assinaturas na Presidencia da Assembleia da República.

### Petição para a criação do Estatuto do Membro Voluntário do Órgão de Administração de IPSS

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República  
Dr. José Pedro Aguiar-Branco,

#### Exposição dos motivos:

1. O Estatuto das Instituições Particulares de Solidariedade Social, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 119/83, de 25/02, com as posteriores alterações que lhe foram introduzidas, prevê um conjunto de responsabilidades dos órgãos de administração destas Entidades, responsabilidades estas que lhes exige uma presença, participação e tomada de decisão regular na atividade diária destas;
2. O Estatuto do Dirigente Associativo Voluntário, aprovado pela Lei n.º 20/2004, de 05/06, aplica-se aos dirigentes de todas as associações e respetivas estruturas federativas ou de cooperação dotadas de personalidade jurídica que não tenham por fim o lucro económico dos associados ou da associação, não incluindo grande parte dos dirigentes das IPSS, quando estas não têm natureza associativa;
3. A Lei n.º 71/98, de 03/11 que aprovou as bases do enquadramento jurídico do voluntariado, embora preveja que a qualidade de voluntário é compatível com a de associado, de membro dos órgãos sociais e de beneficiário da organização promotora através da qual exerce o voluntariado, não tem em consideração as necessidades específicas dos membros do Órgão de Administração das IPSS;
4. Atualmente, estão registadas nos serviços da Segurança Social, 4896 IPSS distribuídas por todo o país, numa grande diversidade de organizações, de equipamentos e respostas sociais, no apoio à comunidade, colmatando as necessidades que os setores público e privado não conseguem resolver;
5. As funções e responsabilidades dos membros do órgão de administração das IPSS são cada vez mais crescentes, exigentes e complexas, não se podendo reduzir a uma prática que confunda voluntariado com voluntarismo;
6. É cada vez mais necessário dinamizar e incentivar o exercício destes cargos, dotando-os de formação e de informações imprescindíveis para o bom exercício dos mesmos, captando na sociedade civil os cidadãos mais aptos, responsáveis e interessados na economia social;
7. Tal como é necessário sensibilizar a sociedade civil para a relevância e importância das IPSS, dignificando os cidadãos que exercem cargos do órgão de administração;
8. A atual realidade impede ou dificulta que a população ativa, em particular os que trabalham por conta de outrem, exerçam cargos no órgão de administração das IPSS, por impossibilidade de conciliar tal exercício com a sua vida profissional, familiar e social;
9. Esta realidade é preocupantemente extensiva aos jovens que se vêm afastados de participar ativamente na vida das IPSS das suas comunidades, afetando mulheres e homens;

10. A atual realidade dos membros do órgão de administração das IPSS desafia a sociedade civil para a premência da renovação geracional, nunca podendo prescindir do exemplo, dedicação e conhecimento dos que ao longo de décadas, dotaram as comunidades de equipamentos e respostas sociais imprescindíveis para a qualidade de vida de cada comunidade.

#### Propõe-se que:

- Seja criado um estatuto jurídico do Membro Voluntário do Órgão de Administração de IPSS, em tudo fundamentada na legislação suprarreferida, com o objetivo de conferir a estes direitos idênticos aos do dirigente associativo voluntário, com as especificidades próprias do exercício de cargos de administração das organizações da economia social.
- O estatuto tenha os seguintes Princípios:

#### 1. Objeto

Criação de um regime de apoio aos membros voluntários do órgão de administração de Instituições Particulares de Solidariedade Social na prossecução das suas atividades ao serviço das respetivas Instituições.

#### 2. Âmbito de aplicação

2.1. Aplicável aos membros voluntários dos órgãos de administração de Instituições Particulares de Solidariedade Social, e respetivas estruturas federativas ou de cooperação dotadas de personalidade jurídica, sem fins lucrativos.

2.2. Sejam considerados membros voluntários dos órgãos de administração, os indivíduos que exerçam funções no órgão de administração em regime de gratuidade em qualquer IPSS.

2.3. O regime não seja aplicável aos membros dos órgãos de administração que auferam remuneração de acordo com o n.º 2 do artigo 18º do Estatuto de IPSS, publicado no Decreto-Lei n.º 172-A/2014, de 14/11, na sua redação atual.

#### 3. Princípio geral

3.1. Os membros voluntários dos órgãos de administração não podem ser prejudicados nos seus direitos e regalias no respetivo emprego por virtude do exercício de cargos nos órgãos de Administração das respetivas Instituições.

3.2. Existindo outro regime mais favorável para os membros voluntários dos órgãos de administração, designadamente em instrumento de regulação coletiva de trabalho, esse regime prevalece sobre as disposições da presente lei.

#### 4. Crédito de horas

4.1. As faltas dadas por quem obriga as Instituições Particulares de Solidariedade Social por motivos relacionados com a atividade da respetiva Instituição sejam consideradas justificadas dentro dos

seguintes limites definidos em função do número de respostas sociais e número de utentes:

- a) Instituição com uma resposta social e até 100 Utentes um crédito de horas correspondente a 4 horas de trabalho por mês;
- b) Instituição com duas respostas sociais ou com 101 utentes a 200 utentes, um crédito de horas correspondente a 7 horas de trabalho por mês;
- c) Instituição com 3 respostas sociais ou com 201 utentes a 250 utentes um crédito de horas correspondente a 10 horas de trabalho por mês;
- d) Instituição com 4 respostas sociais ou com 251 utentes a 300 utentes, um crédito de horas correspondente a 14 horas de trabalho por mês;
- e) Instituição com 5 ou mais respostas sociais ou com mais de 300 utentes, um crédito de horas correspondente a 18 horas de trabalho por mês.

4.2. O crédito de horas pode ser utilizado por outro membro do Órgão de Administração por deliberação do mesmo Órgão comprovada através do envio da respetiva ata às entidades empregadoras ou aos responsáveis pelo serviço Público dos Membros do Órgão de Administração das Instituições envolvidas.

4.3. O crédito de horas não é cumulável.

#### 5. Regime de faltas

5.1. Estas faltas são consideradas justificadas não implicando perda de remuneração.

5.2. Estas faltas contam para todos os efeitos como tempo de serviço prestado no local de trabalho designadamente para promoções, diuturnidades, benefícios sociais ou outros direitos adquiridos.

5.3. Os custos com as remunerações destas faltas são custos ou perdas para efeitos de IRC sendo levados a custos em valor correspondente a 120% do total.

#### 6. Marcação de férias

Os Membros Voluntários dos Órgãos de Administração têm direito à marcação de férias de acordo com as necessidades das respetivas Instituições salvo se daí resultar incompatibilidade insuportável com o plano de férias da entidade empregadora ou do serviço.

#### 7. Dedução à coleta de IRS

Os Membros Voluntários dos Órgãos de Administração têm dedução à coleta de IRS 750€, independentemente do cargo que ocupam no órgão.

RARÍSSIMAS – ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE DEFICIÊNCIAS MENTAIS E RARAS, LISBOA

# ISS e instituição procuram solução que permita continuidade do apoio aos utentes

Depois de ter visto recusado o apoio do Fundo de Socorro Social, a associação Raríssimas - Associação Nacional de Deficiências Mentais e Raras, que apoia pessoas com doenças raras e as suas famílias, corre o risco de fechar portas, deixando cerca de uma centena de utentes sem resposta, devido a dificuldades financeiras.

No entanto, no passado dia 3 de fevereiro, o Instituto de Segurança Social (ISS) e a direção da Raríssimas acordaram procurar uma solução urgente para manter as atividades e as respostas sociais de “relevante importância” para os utentes da associação.

Uma nota do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, enviada à Agência Lusa, refere que de uma reunião entre o conselho diretivo do ISS e a direção da Raríssimas “resultou o acordo na procura de uma solução que permita continuar a desenvolver as atividades e as respostas sociais, de relevante importância para os utentes e beneficiários”.

Fernando Ferreira Alves, presidente da instituição, disse que a Casa dos Marcos, na Moita, sede da associação, está na iminência de fechar porque receberam uma indicação do Governo de que não será concedido à Raríssimas o Fundo de Socorro Social.

Em julho, os dirigentes da instituição foram recebidos pela secretária de Estado da Ação Social e Inclusão, Clara Marques Mendes, numa reunião onde manifestaram a necessidade de recorrer ao Fundo de Socorro Social, necessitando de um milhão e 200 mil euros para pagar os subsídios de férias e de Natal aos 113 trabalhadores e aos fornecedores a quem devem e ainda para reestruturar a casa.

O valor foi, entretanto, alterado a pedido do Governo em novembro, sendo reduzido para 500 mil euros. No entanto, o acesso ao Fundo de Socorro Social foi negado pelo governo.

Fernando Ferreira Alves, pai de um dos utentes e presidente da Direção composta por pais de

utentes, explicou que a instituição não tem atualmente qualquer mecenas.

“Estamos aqui em pro bono, não usamos nada desta casa. Estes doentes são diferentes pelo que o valor que a Segurança Social dá por cada não chega”.

A associação tem 29 utentes internos, 30 no Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão e 39 na Unidade de Cuidados Continuados.

Em 2017 a associação esteve envolvida em grande polémica, o que resultou numa perda significativa de apoios e donativos, que afetou a sustentabilidade financeira, levando à necessidade de reestruturas internas e à implementação de medidas na procura de recuperação da confiança pública.

A ex-presidente da Raríssimas Paula Brito da Costa foi condenada em 20 de março de 2024 a uma pena suspensa de dois anos de prisão e a pagar uma indemnização de cerca de 12.800 euros pelo crime de abuso de confiança, por ter usado em benefício próprio o património da associação.

CENTROS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE TOMAR

## Rui Pascoal assume Direção após derrotar o antigo presidente nas eleições

Rui Pascoal é o novo presidente do Centro de Assistência Social de Tomar (CAST) para o quadriénio 2025-2028.

Rui Pascoal foi eleito presidente do CAST, vencendo o presidente da instituição há dois mandatos, Pedro Marques, que em tempos foi presidente da Câmara de Tomar.

A lista liderada por Rui Pascoal contou com 82 votos, tendo a outra lista, encabeçada pelo presidente cessante obtido 39 votos.

Tavares Martins foi eleito presidente da Mesa da Assembleia Geral e Alberto Godinho presidente do Conselho Fiscal.

Recorde-se que recentemente surgiu uma polémica no seio do CAST, quando um grupo de sócios lançou um comunicado a criticar a gestão da instituição, presidida, então, por Pedro Marques. O documento, assinado por

Rui Pascoal, Amílcar Gonçalves, Rui Costa, Armando Lima, António Tavares Martins e Alberto Godinho, alertava para uma situação delicada “quer em termos financeiros quer em termos organizacionais” em que se encontrava a instituição. O grupo referia que há nove exercícios que a instituição tem resultados financeiros negativos, ultrapassando um milhão de euros. O mesmo documento referia que houve uma “total desvalorização” do papel dos associados na vida da instituição e ainda que diversos funcionários tinham abandonado a instituição por se oporem a um determinado funcionamento. Pedro Marques respondeu na altura, dizendo que o comunicado do grupo de sócios era um “vazio de ideias e liderado por um ex-director e um ex-funcionário”, tendo apenas o propósito de denegrir a sua imagem e colocar em causa a

sua honestidade.

Sobre a situação financeira do CAST, o agora ex-presidente sustentava que, comparando a situação atual com a que encontrou em 2014, a instituição tem hoje dois enfermeiros a tempo inteiro e dois a tempo parcial, um médico, uma nutricionista, um fisioterapeuta e uma psicóloga. Pedro Marques mencionou ainda o investimento em painéis solares, que diminuiu os custos energéticos e melhorou a eficiência energética, assim como o investimento PRR que levou ao aumento da capacidade da creche.

O Centro de Assistência Social de Tomar é uma instituição-referência do concelho de Tomar, apoiando 140 utentes idosos e cerca de 150 crianças, em creche e pré-escolar. Com cerca de 90 colaboradores é uma das maiores e mais antigas IPSS de Tomar.

UNIÃO DISTRITAL DAS IPSS DA GUARDA

## Rui Reis reconduzido na presidência com lista renovada

Rui Reis foi reconduzido na presidência da UDIPSS Guarda, no rescaldo do ato eleitoral em que liderava a única lista a sufrágio.

Com uns órgãos sociais totalmente renovados, à exceção do presidente, a equipa que liderará os destinos da União Distrital da Guarda no quadriénio 2025-2028 é a seguinte:

### Assembleia Geral

Vítor Brilhante Sobral (Centro Social Paroquial

Freixo de Numão, Vila Nova de Foz Côa), Paula Camelo Teixeira (Centro Paroquial de Seia) e Luís Sequeira Figueiró (Associação PSC Avelãs de Ambom, Guarda).

### Conselho Fiscal

Maria de Fátima da Costa (Centro Paroquial da Sé, Guarda), João Inácio Monteiro (Cáritas Diocesana da Guarda) e Carla Lopes Clara (Associação Lar e Centro S. Salvador Casteleiro, Sabugal)

### Direção

Presidente - Rui Reis (Fundação Laura Santos, Gouveia); Vice-presidente - Ângelo Miguel Martins (Centro Paroquial Nossa Senhora da Conceição, Castanheira); Secretária - Maria de Fátima Noro Vieira (Casa Sagrada Família, Guarda); Tesoureira - Maria José Craveiro Garcez (Afacidase, Manteigas); Vogal - David Pires Fernandes (Associação Desportiva e Cultural Aldeia S. Sebastião, Vilar Formoso).



*Servimos bem-estar.*

# TRIVALOR

## SOLUÇÕES ESPECIALIZADAS PARA O SETOR SOCIAL

Na Trivalor, a nossa vocação é fazer o melhor pela sua organização.

Melhore a qualidade dos seus serviços e aumente a eficiência dos seus recursos, recorrendo a um parceiro de excelência na prestação de serviços em *outsourcing*.



GESTÃO  
INTEGRADA DE  
SERVIÇOS



SERVIÇOS  
PARTILHADOS



RESTAURAÇÃO  
COLETIVA



RESTAURAÇÃO  
PÚBLICA E  
CATERING DE  
EVENTOS



VENDING



REPRESENTAÇÕES  
E LOGÍSTICA



PRODUÇÃO  
ALIMENTAR



SEGURANÇA  
HUMANA E  
ELETRÓNICA



LIMPEZA



BENEFÍCIOS E  
INCENTIVOS



TRABALHO  
TEMPORÁRIO E  
OUTSOURCING

 [WWW.TRIVALOR.PT](http://WWW.TRIVALOR.PT)

 [LINKEDIN/COMPANY/TRIVALOR-SGPS-SA](https://www.linkedin.com/company/trivalor-sgps-sa)

RUA DA GARAGEM, Nº 10 · 2790-078 CARNAXIDE  
TELEF.: 210 420 005 / 210 420 808  
FAX.: 210 420 098 / 214 249 488  
E-MAIL: [TRIVALOR@TRIVALOR.PT](mailto:TRIVALOR@TRIVALOR.PT)

CONHEÇA-NOS MELHOR

CONTACTE-NOS

VALOR MAIS ALTO DOS ÚLTIMOS 4 ANOS

# Quase 500 despedimentos coletivos em 2024

As empresas comunicaram 497 despedimentos coletivos em 2024, o que representa um aumento de 15,3% (mais 66) face a 2023, superando os números nos três anos anteriores, segundo dados da Direção-Geral do Emprego e das Relações de Trabalho (DGERT).

Em 2024, houve 497 despedimentos coletivos, isto é, o valor mais elevado desde 2020, quando foram comunicados 698 processos ao Ministério do Trabalho.

Dos quase 500 despedimentos coletivos comunicados pelas empresas no ano passado, 171 foram de microempresas, 220 de pequenas empresas, 58 de médias empresas e 48 de grandes empresas.

Em todo o ano passado, o número de trabalhadores a despedir totalizou 6.085, uma subida de quase 60% (mais 2.266 trabalhadores) face ao período homólogo.

Destes cerca de seis mil trabalhadores, 5.758 foram efetivamente despedidos, segundo dados da DGERT.

O número de trabalhadores abrangidos por despedimentos coletivos está a aumentar desde 2022 e é o valor mais elevado desde 2020, quando foram despedidos 7.513.

Por regiões, Lisboa e Vale do Tejo foi, à

semelhança dos últimos anos, a região onde se registou o maior número de despedimentos comunicados, totalizando os 259, isto é, pouco mais de metade do total.

Segue-se a região Norte, com 148, o Centro com 73, o Algarve com nove e o Alentejo com oito.

Já por setores de atividade, e no que diz respeito a dezembro, cerca de um quarto (26%) dos despedimentos comunicados foram nas indústrias transformadoras, seguido pelas “atividades

administrativas e dos serviços de apoio” e do “comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motocicletas” (ambos com 13%).

No final de outubro, a ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social já tinha apontado que o aumento do número de trabalhadores abrangidos por despedimentos coletivos é preocupante e assegurou que o Governo estava a “acompanhar” a situação.



TSR Excelência e Experiência desde 1995

## Soluções de Software Inovadoras para IPSS na Economia Social

29 anos de liderança tecnológica, oferecendo ferramentas avançadas para instituições de solidariedade.



Mais de **900 parcerias** de sucesso

Mais de **40 soluções** personalizadas

Compromisso com a satisfação total e suporte dedicado

Descubra a diferença com uma demonstração gratuita

Transforme a sua gestão com a TSR

Acesso em qualquer lugar e informações interligadas



Plataforma Integrada WEB



Utentes



Caixas e Pagamentos e Fornecedores



Bancos



Qualidade 3ª Idade



Rendas



Qualidade Infância e Juventude



Associados Irmãos



+351 253 408 326  
+351 939 729 729  
tsr@tsr.pt

saiba mais em [tsr.pt](http://tsr.pt)





## ASSOCIAÇÃO DE CUIDADOS PALIATIVOS

# Mais de 70% dos doentes não têm acesso em tempo útil

Mais de 70% dos doentes não têm acesso em tempo útil a cuidados paliativos, valor que sobe para 90% no caso das crianças, segundo Associação de Cuidados Paliativos, que considera a situação dramática e pede medidas urgentes ao Governo.

“O que se passa é que as equipas são exíguas, são poucos profissionais para o nível de necessidades. Há parte do território que está a descoberto. Ao nível dos cuidados paliativos pediátricos a situação é também dramática”, disse a presidente da Associação Portuguesa de Cuidados Paliativos (APCP), Catarina Pazes.

A responsável falava dias depois de a APCP ter apresentado um conjunto de propostas à Comissão Parlamentar da Saúde, entre as quais a criação de equipas comunitárias de suporte em todas as Unidades Locais de Saúde (ULS) e a facilitação da mobilidade de médicos, enfermeiros, psicólogos e assistentes sociais para estas equipas.

“Em todas as ULS tem que haver uma equipa comunitária que possa fazer um acompanhamento e um suporte dos doentes com alguma dificuldade na deslocação, mas que precisam de um apoio ao longo do tempo de doença, adaptado à sua necessidade em cada momento, quer vivam em casa, em lares de idosos ou em estruturas sociais”, defendeu a responsável.

Catarina Pazes apelou também ao reforço das respostas para cuidados pediátricos, especialmente nas regiões do Alentejo e Algarve, lembrando que “continuam desprovidas de qualquer apoio”.

Apontou igualmente as assimetrias regionais, afirmando: “Há locais do país que têm equipas comunitárias, mas que não abrangem toda aquela área onde estão implementadas. E isso não é só em regiões mais remotas. Por exemplo, em Lisboa, isso também acontece”.

Disse que é preciso uma aposta mais forte nos profissionais e, nas equipas onde estes existem, perceber de que formação precisam e dar-lhes condições para a poder fazer: “Temos vários colegas a tentar fazer formação paga pelo seu bolso, sem depois terem a dispensa de serviço para poderem fazer estágios”.

Insistiu na necessidade de melhorar a articulação entre a Rede Nacional de Cuidados Continuados e a Rede Nacional de Cuidados Paliativos, “cuja coordenação se encontra inativa desde o final de 2023”.

“Precisamos de uma monitorização e de um apoio técnico efetivo da parte da Comissão Nacional de Cuidados Paliativos, que é inexistente”, afirmou Catarina Pazes, acrescentando que os profissionais no terreno se sentem abandonados.

“Há mais de um ano, desde o final de 2023, que não há qualquer ação da Comissão Nacional. Portanto sentimo-nos um pouco abandonados do ponto de vista da organização e da gestão, porque não temos (...) a estrutura que foi criada para isto a funcionar e a monitorizar, apoiar, avaliar o ponto da situação e estabelecer prioridades”, afirmou.

A APCP considerou que a ausência de coordenação está a comprometer o acesso

equitativo aos cuidados paliativos.

Num relatório divulgado no ano passado, a Entidade Reguladora da Saúde revelou que quase metade (48%) dos doentes referenciados em 2023 para unidades de cuidados paliativos contratualizadas com o setor privado ou social morreram antes de ter vaga, uma situação que Catarina Pazes lembrou ser apenas “uma parte do problema”.

A responsável da associação pediu que a Direção Executiva do Serviço Nacional de Saúde tenha conhecimento do que se passa no terreno e, em conjunto com os profissionais, encontre soluções.

## CUIDADOS CONTINUADOS

O Governo fixou em 250 euros o valor dos cuidados de saúde prestados nas unidades de internamento pediátrico de nível 1 e em 80 euros no ambulatório, no âmbito de uma experiência-piloto na Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados.

Os valores, fixados por dia e por utente numa portaria publicada em Diário da República, compreendem todos os cuidados e serviços contratualizados, sendo os encargos decorrentes da prestação de cuidados da responsabilidade do Ministério da Saúde.

A portaria publicada revoga um despacho de 23 de junho de 2016, que fixava os valores em 161,33 euros e 46,44 euros, respetivamente, e em que era já referido o objetivo de desenvolver experiências-piloto no contexto da Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados (RNCCI) na área dos cuidados pediátricos.

## RELATÓRIO ANUAL DE SEGURANÇA INTERNA

# Especialistas a favor da inclusão da nacionalidade de criminosos e vítimas no RASI

Especialistas em imigração concordam com a inclusão da nacionalidade de criminosos e vítimas no Relatório Anual de Segurança Interna (RASI), mas há quem alerte para a necessidade de distinguir os imigrantes de quem é apenas estrangeiro.

Em declarações à Lusa, a jurista Ana Rita Gil e o geógrafo Jorge Malheiros concordam com a inclusão de dados como a nacionalidade no RASI, pedida pela Iniciativa Liberal, considerando que isso, se for devidamente feito, pode desmistificar o discurso que liga os imigrantes à criminalidade.

“A nacionalidade é um dado objetivo, portanto, não me parece que nada na Constituição se opõe a esta possibilidade”, afirmou Ana Rita Gil, considerando que a medida poderá “combater os preconceitos e uma narrativa que acha que as populações imigrantes vêm provocar mais criminalidade”.

Para Jorge Malheiros, ter apenas as

“nacionalidades é uma informação insuficiente”, porque “uma parte dos detidos estrangeiros não reside em Portugal e, portanto, ao publicar apenas as nacionalidades e não ter componentes sobre a residência ou o cruzamento com a idade, pode dar uma mensagem errada que são determinados grupos de imigrantes que são associados a determinada criminalidade”.

Quando, em muitos casos, podem “não ser imigrantes, mas pessoas que estão de passagem a Portugal” a cometer os crimes, principalmente em processos de tráfico de droga e humano, “onde há uma sobrerrepresentação de estrangeiros”, afirmou o docente do Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa.

Incluir apenas a nacionalidade, “nos tempos que correm, pode muito facilmente alimentar um discurso baseado em informação incompleta e distorcida”, que corresponde “a dizer que os estrangeiros de determinados grupos

são imigrantes” em Portugal, acrescentou o investigador.

Para Ana Rita Gil, docente da Lisbon Public Law (Centro de Investigação em Direito Público da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa), a publicação da “informação objetiva” que é a nacionalidade terá também a virtude de permitir identificar problemas existentes.

“Se efetivamente existir alguma comunidade que pratique mais crimes do que outra, poderá ser também uma forma de o Estado investir numa maior integração”, explicou, considerando que a informação pública deve ser a regra de um estado de direito.

“A informação que não é classificada deve ser transparente”, porque “vivemos num Estado democrático”, acrescentou.

Sobre a publicação dos dados da nacionalidade no RASI 2024, o Sistema de Segurança Interna já informou de que não pretende introduzir alterações para já.

JOSÉ FIGUEIREDO  
ECONOMISTA



# A economia ajudou Donald Trump a ganhar as eleições

A afirmação em título pode parecer paradoxal.

Na verdade, se alguma coisa parecia poder ajudar os democratas nas eleições para a presidência americana era a economia.

A economia americana estava bem e recomendava-se no final de 2024, a crescer próximo de 3% anualizados (acima do potencial) e a inflação mantinha uma trajetória descendente a caminho dos canónicos 2%. A expectativa em relação às taxas de juro era que continuassem a descer ao longo de 2025 na casa dos cem pontos base.

A taxa de desemprego estava muito próxima dos 4% e a economia continuava a criar empregos a um ritmo robusto. No trimestre antes das eleições, em novembro de 2024, a economia adicionou 173.000 empregos por mês.

Sob qualquer ponto de vista macro o legado económico de Joe Biden é simplesmente notável.

Durante os quatro anos da presidência Biden a economia cresceu +/- 3% em média por ano, em acumulado quase 13% e foram criados 16,6 milhões de novos empregos. Em resultado da criação robusta de empregos, em janeiro de 2023, a taxa de desemprego atingiu 3,4%, um mínimo histórico de 54 anos.

O salário horário médio nominal cresceu quase 20% durante a presidência Biden tendo os crescimentos mais significativos ocorrido nos salários mais baixos.

O consumo privado manteve um dinamismo notável não obstante o crescimento dos preços em resultado do surto inflacionista de 2022/2023 e da subida das taxas de juro, a qual se tornou necessária para dominar o surto inflacionista.

Foram lançados programas de política industrial, nomeadamente o Inflation Reduction Act e o Chipps Act, com os quais foi possível comprometer cerca de 1 trilião (milhão de milhões) de dólares de investimento privado. Depois da passagem dos programas de política industrial o investimento em construção de novas instalações fabris subiu a pique.

Finalmente, o principal índice bolsista americano subiu cerca de 50% entre o início de 2021 e o final de 2024.

Melhor, nem por encomenda!

Não obstante, todos os inquéritos de opinião diziam que a maioria (cerca de dois terços) dos eleitores considerava que Donald Trump seria melhor a gerir a economia que qualquer

candidato democrata.

Por outro lado, a presidência Biden falhava o famoso teste de Reagan. Durante o debate final para a campanha presidencial em 1980 Ronald Reagan colocou ao público presente a questão verdadeiramente crucial: “estão melhor agora do que estavam há quatro anos atrás?”.

Acontece que, não obstante a quase estelar performance da economia durante a administração Biden, no final de 2024, uma clara maioria de americanos afirmava estar numa situação financeira pior do que aquela em que estava quando a administração incumbente entrou em funções.

Como compreender o paradoxo? Como compreender uma tal negatividade do público em relação à economia quando os indicadores macro pareciam tão positivos?

Em boa verdade a administração democrata tinha um calcanhar de Aquiles complicado.

O surto inflacionista de 2022/2023 deixou marcas profundas em muitos americanos. Embora no final de 2024 a inflação estivesse em curso descendente, a verdade é que o índice dos preços dos bens de consumo estava cerca de 20% acima dos valores registados na abertura da administração Biden em janeiro de 2021.

Por outro lado o carácter muito agregado dos índices de preços encobria a existência de múltiplas taxas de inflação dependendo do tipo de produtos.

Nomeadamente acontecia que os preços dos bens de consumo essenciais, nomeadamente a comida, os combustíveis e a energia de uma forma geral, subiram bem mais que a média.

Nos Estados Unidos os preços da comida e da energia subiram 28%, bem acima da média e cerca de 18% acima do nível a que estariam se a inflação tivesse subido os canónicos 2%.

Notar que o fenómeno não é exclusivamente americano. No Reino Unido os preços dos bens essenciais subiram 30% no mesmo período e na zona euro o número equivalente é de 26%.

Na verdade, embora o consumo agregado nos Estados Unidos se mantivesse robusto, a situação era claramente dual. O consumo da parte superior da escala de rendimentos continuou a mostrar dinamismo, contudo, na parte baixa da escala de rendimentos as dificuldades eram óbvias. Pressionados pela subida do custo das hipotecas e pelo aumento dos preços dos bens essenciais, muitas famílias americanas da

parte baixa da escala dos rendimentos estavam a passar dificuldades.

Essas dificuldades manifestavam-se em vários domínios ao nível mais micro. Assim que as poupanças constituídas durante a pandemia se esgotaram, o incumprimento das dívidas dos cartões de crédito bem como das dívidas para aquisição de automóveis passaram para níveis próximos ao período subsequente da crise de 2008/2009.

Por outro lado os relatórios e contas das empresas de distribuição também não deixam dúvidas. Cadeias de distribuição retalhista como a Walmart continuaram a apresentar crescimentos robustos enquanto que a lojas de hard discount, sobretudo frequentadas pelas famílias de recursos mais baixos, sentiam dificuldades.

A grande ironia da administração Biden é que, contrariamente ao que seria o seu objetivo, deixou pior as classes mais baixas da distribuição de rendimentos o que ajudou Donald Trump a construir uma imagem negra da economia americana mesmo quando os números macro eram excelentes.

Ironia também porque é difícil atribuir responsabilidades à administração Biden por aquilo que aconteceu. Na base de tudo isto está um surto inflacionista largamente exógeno em resultado dos desequilíbrios entre oferta e procura gerados pela pandemia.

Podemos eventualmente discutir se a largueza da política fiscal americana bem como uma política monetária fortemente expansionista colocadas no terreno para combater os efeitos da pandemia não atizou ainda mais o surto inflacionista.

Talvez! Seja como for, os fatores exógenos e incontrolláveis pela administração Biden, foram os principais responsáveis.

De qualquer forma sabemos que Donald Trump melhorou o seu score eleitoral entre os negros os latinos e os imigrantes, grupos predominantemente da parte baixa da escala de rendimentos que tradicionalmente votam democrata.

Em conclusão, contrariamente a todas as aparências, não obstante a solidez os números macro da economia da administração Biden, a verdade é que a economia pode mesmo ter ajudado Donald Trump a ganhar as eleições e vamos ter que viver com isso os próximos quatro anos. E não vai ser fácil!



**ESPECIALISTAS  
EM FORNECIMENTO  
ALIMENTAR  
E NÃO ALIMENTAR**



**30** ✓

Marcas Representadas

**19** ✓®

Marcas Próprias

**5.800** 🚚

Pontos de entrega

**4.800.000** 🚚

km / ano

**120.000** 📦

Toneladas /ano  
de alimentos de alta  
qualidade

**175 M** €

Em vendas

**100%** 🇵🇹

Cobertura Nacional  
e Ilhas (Madeira e Açores)  
e exportação para África,  
Ásia, Europa e América

**+24.000** 🧴

Referências alimentares  
e não alimentares

**8** 🏠

Plataformas Logísticas:  
Lisboa, Porto, Viseu,  
Covilhã, Algarve, Açores  
(São Miguel e Terceira)  
e Madeira



LISBOA: 210 420 000  
ALGARVE: 282 484 009  
PORTO: 220 406 900

COVILHÃ: 275 320 600  
VISEU: 232 430 470  
MADEIRA: 210 420 000 | 917 175 381

SÃO MIGUEL: 296 960 550  
TERCEIRA: 295 513 048  
WWW.SOGENAVE.PT



ÂMBITO: VER CERTIFICADOS  
Nº 2008/AMB0364  
Nº 2019/SST.0521  
Nº 2006/CEP2827  
Nº 2008/GSA0037

**TRIVALOR**  
trivalor.pt



O Alentejo verde

#### FICHA TÉCNICA

**Propriedade:** CNIS (Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade) - Rua da Reboleira, 47 - 4050-492 Porto - NIF: 501 146 253 - **Telefone:** 22 606 86 14 | **Fax:** 22 600 17 74 - | **e-mail:** [jornal.solidariedade@gmail.com](mailto:jornal.solidariedade@gmail.com) | **Sede de Redação e de Editor:** Rua da Reboleira, 47 - 4050-492 Porto | **Diretor:** Padre Lino Maia | **Diretor-Adjunto** Padre José Baptista | **Editor:** V.M. Pinto **Redacção:** Milene Câmara, Pedro Vasco Oliveira e Rodrigo Ferreira - **Colaboradores:** Eugénio Fonseca, Henrique Rodrigues, José Figueiredo e Paulo Pedroso | **Estatuto Editorial:** <http://www.solidariedade.pt/site/mostrapdf/13446> | **Impressão:** Unipress - R. Anselmo Braancamp, 220 - Granja 4410-359 Arcozelo - Gaia | **Tiragem:** 5.000 exemplares **Depósito Legal** n.º 11753/86, ICS-111333

UNIÃO EUROPEIA

# Portugal com as taxas mais elevadas de doença oncológica em crianças

A incidência de cancro em Portugal deve aumentar 20% até 2040, com o país a apresentar as taxas mais elevadas de doença oncológica em crianças na União Europeia, alerta um estudo apresentado pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) e pela Comissão Europeia (CE). Os dados constam do perfil do cancro em Portugal e refere que a doença oncológica é a segunda principal causa de morte no país, com a taxa de mortalidade a diminuir a um ritmo mais lento do que a média da União.

As estimativas apresentadas no estudo apontam para um aumento dos novos casos de cancro em todos os países da União Europeia (UE) entre 2022 e 2040, mas com Portugal a registar um crescimento mais significativo.

Em Portugal, prevê-se que os novos casos de cancro aumentem 12% até 2030 e 20% até 2040, acima das médias da UE de 9% até 2030 e de 18% até 2040.

A OCDE e a CE referem ainda que, em 2022, terão sido diagnosticados cancros a 245 crianças e adolescentes até aos 15 anos, o que representa a taxa de incidência mais elevada entre os países da UE e da Islândia de Noruega, ficando acima da média da UE de 14 casos por 100.000 crianças.

À semelhança do que acontece na UE, em Portugal a taxa de incidência dos rapazes é ligeiramente superior à das raparigas e ambas essas taxas são aproximadamente 30% superiores à média da UE.

O diretor do Programa Nacional para as Doenças Oncológicas, José Dinis, adiantou à Lusa que esta elevada taxa de incidência se explica com os casos que Portugal recebe dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) e que são reportados como sendo nacionais e não dos países de origem das crianças.

Apesar da elevada taxa de incidência de cancro pediátrico em Portugal, a quantidade de investigação realizada a nível nacional é relativamente reduzida, alerta ainda o estudo, ao apontar que, entre 2010 e 2022, Portugal registou apenas 22 ensaios clínicos com crianças e jovens, o que representou 5% dos 436 ensaios realizados a nível europeu durante este período.

“Este valor é significativamente inferior ao de países com uma dimensão populacional semelhante, como a República Checa (14%)”, referem a OCDE e CE, que adiantam que, em 2018, 84% dos 68 medicamentos identificados como essenciais para o tratamento do cancro em doentes entre os 0 e os 18

anos estavam disponíveis em Portugal, em comparação com uma média de 76% na UE.

O estudo agora divulgado avança ainda que, em 2021, Portugal regista uma das maiores desigualdades entre homens e mulheres em termos de mortalidade por cancro.

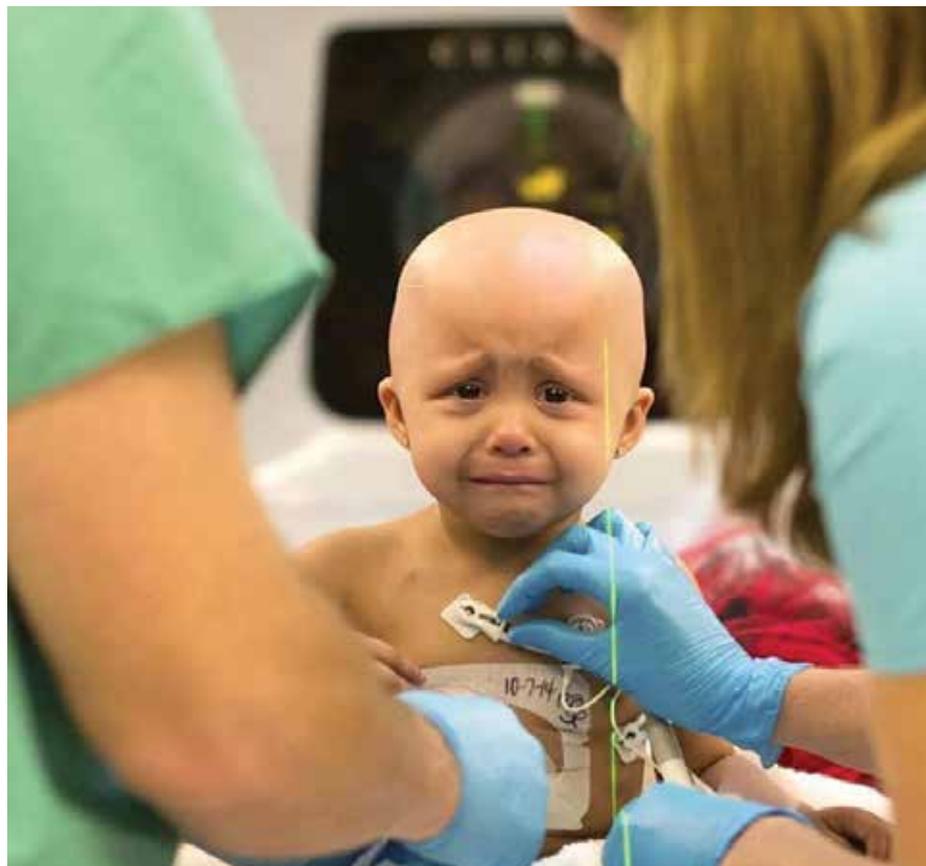
Os homens (318 por 100.000) registam uma taxa de mortalidade por cancro que é praticamente duas vezes a das mulheres (161 por 100.000), o que se explica, em parte, com as três localizações de cancro mais mortais - pulmão, cólon e reto e estômago - e com a maior prevalência de fatores de risco comportamentais.

Entre 2011 e 2021, a mortalidade por cancro em Portugal diminuiu 8%, uma redução que foi inferior aos 12% registados na UE, indica também o perfil da OCDE e da CE, que salienta que as melhorias a nível da mortalidade ficaram aquém das de outros países, em especial entre as pessoas com menos de 65 anos.

Nesse período, Portugal conseguiu, porém, reduzir as taxas de mortalidade de alguns dos tipos de cancro mais frequentes - como o da bexiga (-34%), do colo do útero (-26%), colorretal (-22%) e da próstata (-22%) - mais rapidamente do que a média da UE.

Já as taxas de mortalidade por cancro do pulmão diminuíram 3% entre os homens, mas aumentaram quase 23% entre as mulheres, refletindo a evolução dos padrões dos fatores de risco comportamentais, refere ainda o perfil da doença no país.

DR



**Lavandarias Profissionais IPSS**

**milplus**

**GRUPO LABLAD, LDA.**  
Rua Fernando Namora, 135  
4425-651 MAIA TLM 917571305  
info@milplus.pt - www.milplus.pt

Parceiro Oficial  
**Miele**